

Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido



David Sogge

81

Working Paper / Documento de trabajo
Abril de 2009

Working Paper / Documento de trabajo

Sobre a FRIDE

FRIDE é um *think tank* independente, sediado em Madrid, voltado para a agenda de democracia e direitos humanos; paz e segurança; e, acção humanitária e desenvolvimento. Mediante suas pesquisas nessas áreas, FRIDE visa a influenciar a formulação de políticas e a informar a opinião pública.

Documentos de Trabalho

Os documentos de trabalho de FRIDE objectivam estimular debate mais amplo acerca dessa agenda, e apresentar considerações relevantes à formulação de políticas.

Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido

David Sogge

Abril de 2009

David Sogge (1947-) é pesquisador independente nas áreas de Estudos Africanos e Relações Internacionais. Mora em Amesterdão, onde é membro associado do Transnational Institute. Com formação acadêmica em Harvard College, Princeton University, e Institute of Social Studies, iniciou sua experiência profissional em Angola em 1985. Dentre suas publicações acerca de Angola estão: um livro, *Sustainable Peace* (1992), e vários artigos e pesquisas monográficas, incluídos dois publicados por FRIDE: *Angola: Global “Good Governance” Also Needed* (2006), e *Angola: Empowerment of the Few* (2007).



FRIDE faz parte da iniciativa para a construção da paz: www.initiativeforpeacebuilding.eu.

Este documento de trabalho foi publicado com o apoio da Fundação Ford.

O autor gostaria de estender sinceros agradecimentos ao Dr. Nuno Vidal da Universidade de Coimbra (Faculdade de Economia e Estudos Sociais) pela visão e apoio, especialmente durante a pesquisa de campo em Luanda, e aos colaboradores da FRIDE Mariano Aguirre e Ivan Briscoe por apoiá-lo e aconselhá-lo.

Capa: GIANLUIGI GUERCIA/ AFP/ Getty Images

© Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE) 2009.

Goya, 5-7, Pasaje 2º. 28001 Madrid – SPAIN

Tel.: +34 912 44 47 40 – Fax: +34 912 44 47 41

Email: fride@fride.org

Todas as publicações da FRIDE estão disponíveis no seu *website*: www.fride.org

Este documento é propriedade da FRIDE. É necessária permissão prévia para cópias, reimpressões ou qualquer forma de reprodução deste material. Este trabalho expressa as opiniões do autor e não necessariamente reflecte as da FRIDE. Por gentileza envie seus comentários ou sugestões acerca deste documento a comments@fride.org.

Sumário Executivo

Este ensaio considera Angola um Estado institucionalmente frágil; objectiva contribuir para o projecto de pesquisa *Estados Institucionalmente Frágeis: Contextos, Responsabilidades e Respostas*, levado a cabo pelo departamento de Paz, Segurança e Direitos Humanos da FRIDE.

Por meio desta análise pretende-se responder às principais questões levantadas pelos objectivos e metodologia do projecto, as quais se dividem em três grupos:

1. Quais são as raízes históricas do conflito angolano, da fragilidade e da desigualdade do Estado e das instituições?
2. Que forças e incentivos, formais ou não, existem na política económica territorial angolana a influenciar a resiliência ou a fragilidade do Estado?
3. Que aspectos da inserção mundial da política económica angolana ajudam a explicar a persistente fragilidade do Estado e das instituições políticas?

Tratadas essas questões, este ensaio oferece a decisores europeus e internacionais meios de, sob novas perspectivas, contemplar noções de fragilidade de Estado, de um modo geral, e, em particular, o caso angolano.

O estudo do caso angolano poderá contribuir, de forma quiçá heterodoxa, para a formulação de políticas voltadas para a questão dos Estados frágeis.

Em primeiro lugar, do caso angolano depreende-se a limitada abrangência do uso de pontuações e rankings para classificar Estados, como se *commodities* ou equipas de futebol fossem. Por exemplo, importantes *think tanks* estado-unidenses têm avaliado Angola como “Estado fracassado”¹; caso “severo” de país de baixa renda sob grande pressão²; e, mais recentemente,

te, Estado “criticamente frágil”, classificado em 11º lugar entre os piores casos ao redor do mundo³. Por outro lado, diferente foro de prestígio, a revista *Foreign Policy* há anos considera que Angola não integra as fileiras dos países significativamente frágeis e instáveis. Note-se a dissonância e confusão quanto a um importante Estado-cliente, haja vista os apelos à clareza e ao consenso entre as elites políticas ocidentais.

Por segundo, o caso angolano sugere que confinar-se a políticas “*onshore*”⁴ conduziria apenas a análises sem saída. Isto se explica pela extroversão da economia política de Angola. Processos-chave desenvolvem-se “*offshore*”, em âmbitos supranacionais. Dar a devida atenção à extroversão de países como Angola, é ainda mais significativo ao considerar-se a desatenção que a esse ponto demonstram influentes organizações “especializadas”, como o Banco Mundial⁵.

Em terceiro lugar, o estudo do caso de Angola informa a necessidade de questionar algumas conjecturas estabelecidas, como a “maldição dos recursos naturais”. Muitos acreditam que as receitas do petróleo são causas directas de más políticas e instabilidade; desta ideia, entre as versões mais directas está a de um especialista do *Financial Times*: “A simples existência de petróleo torna criminosos os legítimos, e leva as nações afectadas ao retrocesso e ao caos”⁶. Mas recentes estudos comparativos demonstram o contrário: o impacto da riqueza gerada pelo petróleo tende à *estabilização* dos regimes políticos. Políticas generalistas conforme as “leis da petropolítica” são, portanto, análises sem saída; mais útil seria pesquisar, caso a caso, padrões de comportamento de acordo com as condicionantes sociais e históricas específicas. Existem, sim,

Review of World Bank Support to Low-Income Countries Under Stress, Washington DC: Banco Mundial.

³ Rice, S. e S. Patrick 2008, *Index of State Weakness in the Developing World*, Washington DC: Brookings Institution.

⁴ Nota do Tradutor: o termo “*onshore*” foi mantido no idioma original para contrastar com o mais conhecido e dicionarizado (em português) “*offshore*”, que se refere principalmente a estabelecimentos financeiros não submetidos a jurisdições nacionais. *Onshore* refere-se ao que sucede dentro dos limites nacionais.

⁵ Veja, por exemplo, Harrison, G. 2005, “The World Bank, Governance and Theories of Political Action in Africa”, *British Journal of Politics and International Relations*, 7, pp. 240–260.

⁶ Amity Shlaes, “In Poorer Nations, Oil Resources Can Be a Curse Upon the People”, *Financial Times*, 20 de Junho de 2004.

¹ USAID/Iris Center 2004, *Proposed Typology in Order to Classify Countries Based on Performance and State Capacity*, College Park: Iris Center, Universidade de Maryland.

² Banco Mundial (Grupo de Avaliação Independente) 2006, *Engaging with Fragile States. An Independent Evaluation Group*

sinais de dependência histórica, mas o petróleo é apenas uma das causas.

Por último, porém urgente e merecedor de relevo, o caso angolano demanda atenção ao déficit democrático gerado pela indústria de hidrocarbonetos tanto em frágeis países periféricos quanto em países industrializados. Ilustra-se, tanto lá quanto cá, o poder da indústria petrolífera – e das respectivas elites nacionais que dela dependem – para corromper e abalar a legitimidade de todo sistema político com que tem contacto. Mas, a despeito disso, as regras e institui-

ções que estão a governar os fluxos financeiros mundiais, regimes tributários e o meio ambiente ainda giram em torno dos interesses corporativos, principalmente os da indústria de hidrocarbonetos. Isto representa um sério perigo para os regimes democráticos, sejam novos ou antigos.

Este ensaio baseia-se em diversas pesquisas e comentários, assim como em informações e opiniões recolhidas pelo autor em 2008 mediante entrevistas com angolanos e com especialistas nos campos de transparência e direitos humanos.

Índice

Angola globalizada. O passado	1
Violência pública e estrutural	1
Descontinuidade económica e polarização	2
Instituições políticas frágeis e sem legitimidade	2
Identidades sociais e desigualdades	3
Conclusão	3
Angola globalizada. O presente	4
Petróleo e geopolítica	4
Outras indústrias extractivas, e terras	6
Integração no comércio e no investimento	7
Integração financeira	8
Integração política	10
Integração militar e de segurança	12
Integração: conclusão	13
A economia política onshore de Angola	14
Sistemas militares e de segurança	14
Política onshore	15
Crescimento económico, sociologia política e resiliência estatal	19
Conclusão	23
Caminhos para o futuro	24
Coerência na política ocidental, e governança global	24
Uma visão mais ampla	25
Uma visão de mais longo prazo	25
Capacitando um Estado receptivo	26

Angola globalizada.

O passado

Que factores levaram ao surgimento de Angola como nação e organização política? Como determinaram esses factores a economia, a identidade social e a política de Angola? Este capítulo oferece um panorama geral que servirá de base para os próximos capítulos a abordar os principais temas de pesquisa.

É disseminada a ideia de que a fragilidade dos Estados africanos se deve principalmente à índole de suas elites. Acusadas de ganância, corrupção e desdém pelas boas políticas, seriam movidas primordialmente por rivalidades étnicas, primitivas. Mas esse género de visões, essencialista, tratando-se de uma economia política como a angolana, onde interesses ocidentais pautaram as regras e os incentivos económicos por mais de 500 anos, não tem grande poder explanatório. Mais elucidativa, para o entendimento da organização política de Angola, é a interacção de diversos factores, como:

- Estado de incessante violência, pública e estrutural;
- Economia dirigida a interesses externos;
- Aparato de Estado baseado em várias gerações de processos dependentes, territorialmente frágeis, militarizados, centralizados e corruptos, voltados para interesses coloniais; *ipso facto*, antidemocráticos;
- Desigualdades causadas pelo desenvolvimento desequilibrado e extrovertido;
- Provisão de bens e serviços públicos de acordo com as necessidades das elites, a qual carece de qualquer embasamento em processos democráticos e/ou transparentes;
- Espaço de associação (sociedade civil) extremamente reduzido e despolitizado.

Violência pública e estrutural

Em todo o século XX, Angola desfrutou de escassos 20 anos sem guerras, de 1941 até 1961, período que se inicia com a última campanha militar colonial e encer-

ra-se com as primeiras revoltas anticoloniais. Os angolanos, entretanto, no seu dia-a-dia convivem há décadas com outras feições menos aparentes da violência: repressão, marginalização e formas evitáveis de pobreza, as quais contribuíram para subordinar os colonizados e organizar uma economia predatória.

Por quatro décadas após 1960, Angola sofreu vários espasmos de guerras abertas, que alcançaram cume nos anos 80 e 90. Contra a violência e o caos, os cidadãos angolanos tinham poucos meios de defesa; a maior parte entrincheirou-se e adoptou estratégias de sobrevivência, sobretudo a fuga para áreas urbanas ou através das fronteiras. As elites consideravam poucos os incentivos para porem termo à desordem; para a usar em seu favor, porém, havia muitos.

Angola emergiu para a autodeterminação em meio a disputas geopolíticas. Primeiramente, os Estados Unidos, porquanto estavam a enfrentar no Vietname reveses e, noutras partes, insurgências, tencionavam conter e fazer retroceder (“*roll back*”)⁷ o avanço comunista. Assim, pegou-os no contrapé o colapso em 1974 do Estado-cliente português, ruído em grande parte pelo fardo das guerras nas colónias africanas. Em segundo lugar, como gozasse de nova e bem-sucedida assertividade entre os países produtores de petróleo, o governo estado-unidense não hesitou em usar a força para estabelecer os termos de seu acesso ao petróleo angolano. Presságio da invasão iraquiana três décadas mais tarde, deflagraram os Estados Unidos guerra clandestina em Angola, valendo-se de Zaire e África do Sul como delegados regionais.

Mas, ao longo deste assalto, o poder corporativo tomara uma posição distinta. Corporações estado-unidenses extraíam e revendiam o petróleo angolano, forneciam aviões Boeing e facilitavam a fuga de capitais para *Wall Street* e paraísos fiscais. Negociando com o inimigo angolano, recuperar-se-iam com facilidade as centenas de milhões gastos para lhe fazer guerra.

⁷ N. do T.: *Rollback* foi um princípio da política externa estado-unidense durante a Guerra Fria, o qual consistia em fazer retroceder (“*roll back*”), por força militar, se necessário, o comunismo em países onde estivesse instalado.

Essa guerra clandestina liderada pelos Estados Unidos, para fazer retroceder o comunismo, é hoje chamada de guerra civil – um retoque que ofusca as motivações geopolíticas da guerra. Conquanto fossem inevitáveis as disputas políticas na Angola pós-independência (como em muitos outros Estados africanos), a duração e o poder destrutor do conflito só podem ser compreendidos à luz da geopolítica da época.

Descontinuidade económica e polarização

A brusca e vingativa partida da maior parte dos colonizadores portugueses em 1975, conjugada com o alargamento da guerra, levou ao colapso quase completo da indústria e do comércio. Embora houvesse tido outrora alto nível de auto-suficiência, Angola agora tinha de importar comida e outros itens básicos, principalmente aqueles de que precisavam os moradores urbanos. Pequenos produtores rurais depararam-se com uma severa carência de produtos, a qual tolhia os incentivos e os meios para produzir quantias excedentes. A guerra e a resultante urbanização forçada constituíram o golpe final a uma sofisticada economia agrário-comercial. Poder-se-ia qualificar com acuidade o período pós-colonial de período pós-agrário.

Turbulência e descontinuidade têm sido a sina de Angola. Seus principais produtos de exportação (escravos, borracha, sisal, café) experimentaram fortes expansões seguidas de declínios. Suas estratégias de desenvolvimento (dependência cativa, substituição de importações, projectos de colonização, planeamento económico à moda soviética) foram e vieram. Desses ciclos, para os períodos subsequentes, pouco restou de capacidade produtiva, tradição, infra-estrutura ou instituições. O modelo Schumpeteriano de destruição criativa pouco se aplicou, pois as perdas em muito superaram os ganhos. Constante, sem embargo, permaneceu a aliança do predominante capital externo com o poder administrativo e repressivo do Estado.

Instituições políticas frágeis e sem legitimidade

Os sistemas administrativos de Angola desenvolveram-se de acordo com o direito português; esses sistemas eram frágeis. Por mais de 40 anos sob o jugo ditatorial, e acrescido da estranha noção de sustentabilidade e legitimidade do sistema colonial, o governo angolano tornara-se rígido, centralizado e corrupto. Em zonas rurais, a presença do Estado, quando existia, era rudimentar no melhor dos casos. Ao lado das instituições formais coexistiam diversas normas informais do Estado policial português, privilégios para funcionários e oficiais de baixo escalão, e corrupção em grande escala nos altos escalões políticos e militares. A associação cívica resumia-se a algumas igrejas, clubes de desporto e organizações de caridade. Estava vedado o activismo político na sociedade civil.

Expressões organizadas de nacionalismo surgiram nos meios intelectuais em Luanda e em cidades provinciais. Mas a violenta repressão às revoltas irrompidas em 1960 e 1961 levaria muitos nacionalistas ao exílio. Os partidos nacionalistas, por sua vez, mostrariam pouca coerência interna, e angariariam escasso apoio junto à base ampla de cidadãos angolanos. Segundo um analista político angolano:

“Embora ambos programas [dos partidos] proclamem as liberdades democráticas como objetivo da luta, nenhum deles se conduziu de forma a garantir o pluralismo [...] Mesmo dentro de cada organização, as condições de tolerância e abertura ao debate político são inexistentes”⁸.

Destarte, a política anticolonial angolana já estava a prenunciar a ordem pós-colonial: violenta e autocrática. As lideranças nacionalistas não herdariam nem instituições nem tradições que pudessem servir de alicerce para a criação de laços democráticos ou contrato

⁸ Gonçalves, J. 2003, *O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola*, ensaio apresentado na Conferência organizada pela CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África) em Gaborone, Botsuana, a 18-19 de Outubro de 2003.

social entre os cidadãos e o Estado. É certo que a construção de uma nova ordem política teria apresentado enormes desafios, ainda que a guerra e o colapso econômico não houvessem tido lugar. Mas esse cenário positivo eliminara-se de raiz; a essa luz, a fragilidade institucional de Angola estava “sobredeterminada”.

Identidades sociais e desigualdades

Até fins do século XIX, Angola não constituía um país; meramente, formava uma cadeia de enclaves costais. Somente no século XX teria o interior do seu território fronteiras políticas e infra-estrutura. Nessa época, surgem diversas zonas distritais em torno de sistemas de agricultura e trabalho, corredores de transporte e redes comerciais. A partir de fragmentadas agrupações sociolinguísticas, formam-se os seguintes grandes blocos étnicos (em parênteses as estimativas portuguesas da proporção de cada um dos grupos na população de Angola em 1960):

- a) Nas áreas exportadoras de café do noroeste do país e no enclave de Cabinda, configura-se uma amalgamação de diversos povos do dialecto quicongo (13%);
- b) Na faixa centro-norte, de Luanda em direcção leste, região produtora de algodão para exportação, agregam-se os povos do dialecto quimbundo, com crescente miscigenação portuguesa (22%);
- c) Em área rural mista (milho, feijão, etc.), que se estende da costa à região interior montanhosa, conjugam-se os povos do dialecto umbundo (37%).

Como em outras partes de África, em Angola, missionários transcreveram e codificaram línguas e outros rasgos culturais; destarte, “inventando” identidades tribais. Mediante igrejas, escolas, postos de saúde e obras de caridade, as missões protestantes competiam silenciosamente com o predomínio católico, que coludia com a ordem colonial portuguesa. As redes sociais eclesíásticas que resultaram influenciariam em muito a política angolana de marcados componentes regionalistas e étnicos. O surgimento das lideranças dos três proeminentes partidos nacionalistas – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), na região Noroeste;

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em Luanda; e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), na região do centro-norte e nas regiões interiores e montanhosas – foi a partir das instituições Baptista, Metodista e Congregacionista, respectivamente⁹.

À parte essas divisões “horizontais”, havia uma significativa segregação “vertical”. Proprietários estrangeiros rentistas, seguidos de vários estratos de colonos, formavam o topo da pirâmide. A hierarquia africana era dominada por uma duradoura elite comerciante crioula, cujos integrantes eram chamados de “assimilados” (detendo pequenos privilégios, mas na condição subalterna de cidadãos coloniais), classificação a distingui-los dos indígenas, a casta de africanos permanentemente excluídos. A estratificação aprofundava-se nas áreas rurais, onde os portugueses haviam criado, arbitrariamente, outros cargos e subdivisões como fazendeiros “avançados”, polícia local, capatazes, além das autoridades “tradicionais”, cuja legitimidade popular frequentemente punha-se em questão.

Avançado o período colonial, a maior parte dos angolanos, em virtude de impostos, sistemas de trabalho forçado, ocupação colonial de terras, e o crescimento da agricultura comercial, haviam sido assimilados ao núcleo monetário capitalista na qualidade de trabalhadores temporários e pequenos produtores. Em muitas zonas rurais, estratos de pequenos proprietários africanos emergiam, dentre eles alguns dos mais avançados produtores rurais da época. Mas avanços mais significativos seriam obstruídos, negando-se àqueles a educação, ao que se acresceriam ainda confiscos de terras executados por colonizadores e corporações.

Conclusão

Ao longo de centenas de anos, os senhores estrangeiros de Angola instauraram no país uma economia política baseada na violência pública e estrutural; uma ordem mutante, mas lucrativa, a serviço primordialmente da

⁹ Birmingham, D. 1992, *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*, Londres: James Currey.

classe rentista da metrópole colonial e de consumidores nos Estados Unidos e na Europa. Os interesses estrangeiros criaram uma “ordem de acesso limitado” que restringia privilégios e rendas a uma elite estritamente circunscrita¹⁰. O Estado reproduzia as hierarquias sociais de acordo com a distribuição restrita de bens, a predação económica, e uma ordem pública coerciva e militarizada.

As elites coloniais e pós-coloniais jamais demonstrariam interesse em criar uma “ordem de acesso aberto”, baseada numa cidadania compreensiva e em mercados competitivos. O caminho fora traçado com base num Estado colonial autocrático, dependente de potências estrangeiras. Legaram-se ainda instituições medíocres e pessoas pouco qualificadas. Com líderes assim imbuídos das normas de uma “ordem de acesso limitado” e habituados ao uso da força armada, os movimentos nacionalistas angolanos teriam poucas alternativas ao assumirem o poder.

Angola globalizada. O presente

Que forças definem a inserção mundial de Angola nos contextos económico, social, militar e político? A que incentivos respondem as elites angolanas? Como se afirmam essas elites no âmbito regional e global? Essas são algumas das principais questões a serem abordadas neste capítulo.

Petróleo e geopolítica

A curto prazo

O petróleo tornou-se a principal fonte de renda de Angola em 1973, meros cinco anos após sua primeira

aparição nas estatísticas mundiais de exportação, e 18 anos após o início das operações do primeiro poço petrolífero comercial do país. Essa *commodity* impactaria de forma drástica os interesses políticos. Portugal, empobrecido, prender-se-ia mais aguerridamente às suas colónias. Os Estados Unidos seriam encorajados a promover uma guerra assoladora contra Angola, ao mesmo tempo em que lucrariam com esse país. O impacto conjunto desses conflitos, somado às crescentes receitas e à maciça influência política da indústria petrolífera, fez do petróleo pedra angular da economia política angolana.

O caso angolano ilustra os privilégios geopolíticos da indústria petrolífera, que detém uma espécie de *laissez-passer* através inclusive das fronteiras ideológicas mais bem fortificadas. Até 1974, as receitas de empresas petrolíferas ocidentais financiaram o esforço bélico português. Mas quando partiram os portugueses, as mesmas empresas voltaram, sem maiores esforços, sua lealdade para o campo da vitoriosa liderança africana que se instalara em Luanda. A Casa Branca não dispensou esforços em impedir que as receitas do petróleo fossem divididas com os “marxistas-leninistas”; porém, as empresas petrolíferas estado-unidenses contornaram sem dificuldade essas pressões, não vendo problemas em manter relações cordiais e lucrativas com o novo governo “esquerdista”. Com efeito, perante o Congresso Americano, defendeu um alto executivo de empresa petrolífera os pagamentos de impostos e royalties de sua corporação, baseando-se em que estes permitiam ao governo angolano melhorar as condições de vida do seu povo; isto é, a mesma alegação dos “marxistas-leninistas” para legitimar a sua luta¹¹.

Cinco das oito maiores corporações do mundo – Chevron, BP, Exxon/Mobil, Royal Dutch Shell, e Total – criaram o sector de hidrocarbonetos em Angola. Hoje continuam a aumentar suas presenças. Junto com outras empresas menores, como a italiana ENI/AGIP (27ª maior empresa do mundo), essas corporações detêm, para além do poder técnico, também poder

¹⁰ Os termos “ordem de acesso limitado” e “ordem de acesso aberto” são analisados em North, D.C. e outros, 2007, *Limited Access Orders in the Developing World: A New Approach to the Problems of Development*, Documento de trabalho nº 4359, Grupo de Avaliação Independente, Washington DC: Banco Mundial.

¹¹ Oliveira, R. S. 2007, *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*, Nova Iorque: Columbia University Press, p. 182.

financeiro e político em Angola e nas esferas geopolíticas em que está o país inserido.

É possível compreender o caso angolano à luz da proeminente influência que exerce a indústria petrolífera sobre as classes políticas na maioria das democracias ocidentais, principalmente nos Estados Unidos. Financia partidos políticos, emprega milhares de lobistas, e informa o debate e opinião públicos, mediante o uso dos meios de comunicação e de *think tanks*¹². Ainda, faz-se presente nas capitais ocidentais, ditaduras e sultanatos exportadores de hidrocarbonetos por meio de seu poder de compra e regimentos de agentes de relações públicas. Políticos ocidentais, por sua vez, prestam zelosa atenção aos desejos dessas autocracias, por vezes obstaculizando inquéritos sobre sua influência corruptora na actividade pública ocidental. Segundo um notável ex-executivo de empresa petrolífera, os governos ocidentais subsidiam a indústria de hidrocarbonetos com uma cifra de aproximadamente US\$ 200 bilhões anuais¹³.

O poder da indústria petrolífera não afecta a geopolítica apenas por meio de governos nacionais, mas também através das estruturas da governança global. Essa indústria codifica e executa mecanismos financeiros e legais, a nível internacional, para atender a interesses corporativos. Entre os mecanismos cruciais estão os centros financeiros *offshore*, que protegem de tributação as receitas do petróleo e riquezas pessoais. Ademais, governos nacionais promovem investimentos em hidrocarbonetos utilizando-se de empréstimos do Banco Mundial. Destacam forças navais, aéreas e terrestres para assegurar embarques de petróleo e proteger Estados-clientes produtores de petróleo. Governos ocidentais com frequência promovem seus interesses petrolíferos por meio de acções clandestinas ou mesmo invasões abertas. No caso de Angola, os Estados Unidos destacaram poucas tropas, optando, em lugar disso, por uma guerra clandestina levada a cabo por delegados nacionais e regionais.

¹² Veja, por exemplo: Oil Change International. <http://priceofoil.org>

¹³ Lord Browne, ex-Director Executivo da British Petroleum (BP), in Fiona Harvey "Axe fossil-fuel handouts, says Browne", *Financial Times*, 2 de Novembro de 2008.

Em Angola, a classe política reside *onshore*, mas se ancora financeiramente *offshore*. Seu poder depende de sua aliança com as corporações petrolíferas e dos recursos técnicos, financeiros, diplomáticos e militares que estas ou fornecem directamente ou efectivamente garantem. Sem embargo, esta parceria não divide uniformemente riscos e benefícios. Por exemplo, os termos dos Contratos de Produção Partilhada (PSC, por sua sigla em inglês) garantem as corporações petrolíferas contra flutuações de preços, expondo Angola, assim, ao fardo maior dos riscos de volatilidade da renda¹⁴.

O controlo técnico e financeiro detido pelas corporações impede aos demais, incluídas as autoridades angolanas, o acesso a dados precisos acerca de produção de petróleo e lucros. Escudadas por regras nacionais e supranacionais moldadas por enormes lobbies, corporações petrolíferas usam preços de transferência ("*transfer pricing*") e sigilo bancário para colocar suas receitas fora do alcance de qualquer jurisdição tributária. Segundo um especialista da indústria, "No Golfo da Guiné, os estrangeiros extraem o petróleo e vendem-no para si mesmos (comummente, mantêm contabilidade paralela, acumulando o residual em contas na Suíça)"¹⁵. Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que os governos exportadores de petróleo do Golfo da Guiné perdem aproximadamente metade do valor total do petróleo exportado¹⁶. Outro relatório, sobre as perdas tributárias de países pobres exportadores de minerais, conclui que "há abundante evidência a demonstrar que, mediante a combinação de tácticas contundentes de negociação com sofisticados produtos e serviços financeiros *offshore*, os pagamentos de royalties pela exploração de tais recursos a países em desenvolvimento têm sido substancialmente menores do que, com efeito, corresponderia, em particular na África Subsariana"¹⁷.

¹⁴ Shaxson, N. 2005, "New approaches to volatility: dealing with the 'resource curse' in sub-Saharan Africa", *International Affairs*, 81:2.

¹⁵ Yates, D. 2004, "Changing Patterns of Foreign Direct Investment in the Oil-Economies of the Gulf of Guinea", in Rudolf Traub-Merz e Douglas Yates (orgs.) *Oil Policy in the Gulf of Guinea, Security & Conflict, Economic Growth, Social Development*, Berlim: Friedrich-Ebert-Stiftung.

¹⁶ Katz, M. et al 2004, *Lifting the Oil Curse. Improving Petroleum Revenue Management in Sub-Saharan Africa*, Washington DC: FMI.

¹⁷ ActionAid, 2008, *Hole in the pocket. Why unpaid taxes are the missing link in development finance*, Londres: ActionAid, pp. 17-18.

Em suma, Angola parece ser ao mesmo tempo e em igual medida vítima e agressor. O Tesouro angolano, assim como os Tesouros de outros destinos, inclusive aqueles de países ricos onde estão sediadas as empresas petrolíferas, não recebe justa parte dos proventos.

No domínio internacional, hoje, as corporações enfrentam, com efeito, somente “soft law” (lei branda) – isto é, pressão moral para operar com transparência; já em Angola, por outro lado, são legalmente impedidas de revelar informações-chave. Esse país permanece fora da Iniciativa de Transparência nas Indústrias de Extração (EITI, por sua sigla em inglês), conquanto tenha, desde 2004, começado a revelar mais informações sobre as receitas de petróleo.¹⁸ Os maiores operadores em Angola estão entre os de pior desempenho quanto à publicação dos resultados de suas operações e/ou pagamentos de royalties aos governos.¹⁹ Conforma-se, destarte, básica barganha entre elites, a qual se ergue sobre a garantia mútua de negação de informação ao público.

As corporações petrolíferas, por sua vez, exigem um Estado soberano confiável, que seja sólido o bastante para cumprir com contratos executados por advogados internacionais, juizes e mediadores, e que exerça o monopólio do poder coercivo em zonas de operação relevantes. Graças às receitas do petróleo, o Estado angolano cumpre ambos os requisitos. Embora permaneça dependente e desenvolvido de forma desigual, construiu alianças externas com actores políticos e corporativos com ele coludidos. Como se analisa a seguir, a classe política angolana usa de suas parcerias para adquirir seus próprios conhecimentos técnicos no sector petrolífero, assim como nos âmbitos militar, financeiro e mediático.

A longo prazo

As reservas conhecidas de petróleo e gás de Angola são relativamente modestas, sendo menores que as de

Nigéria ou Arábia Saudita. Projecta-se que a produção de petróleo alcançará a cume em 2010. Entre 2015 e 2018, o orçamento nacional angolano, baseado em petrodólares, poderia passar de superavitário a deficitário, caso não se vislumbrem fontes de renda alternativas para o Estado. O sector de hidrocarbonetos absorve actualmente 75 por cento de todo o investimento; gera, porém, somente um por cento de todo o emprego gerado no país. Em contraste, o sector agrário absorve menos de um por cento do novo investimento registado²⁰, mas tem potencial para gerar grandes quantidades de novos empregos.

Persistindo no modelo actual de consumo voltado para as elites e para a produção focada na indústria de hidrocarbonetos, Angola provavelmente enfrentará sério declínio económico por volta de 2020²¹. O choque de receita sofrido em 2008, causado pela queda dos preços dos diamantes e do petróleo (certamente acompanhada de acelerada fuga de capitais) é preâmbulo do que se aguarda no porvir. A próxima década talvez abrigue um brusco arrefecimento para as expectativas de estratos urbanos que aspiram à classe média. O modelo de desenvolvimento actual é, por conseguinte, uma bomba-relógio política; caberá à década vindoura revelar se será ou não desarmada.

Outras indústrias extractivas, e terras

O mercado de diamantes vincula Angola ao sistema mundial desde o início do século XX. O impacto desse vínculo tem sido, no entanto, diferente daquele causado pelo sector petrolífero. Há diversas empresas de extração de diamantes activas, das quais a maior parte emprega forças armadas irregulares ou do sector privado. Conquanto seja, em princípio, monopólio estatal, formalmente normatizado por regras sectoriais, a extração aluvial de diamantes implica, de

¹⁸ Ferreira, P.M. 2008, *State-Society Relations in Angola: Peace-Building, Democracy and Political Participation*, Initiative for Peacebuilding, Madri: FRIDE, p. 8.

¹⁹ Transparência Internacional 2008, *Promoting Revenue Transparency. 2008 Report on Revenue Transparency of Oil and Gas Companies*, Berlim: Transparência Internacional.

²⁰ BPI 2007, *Estudos Económicos e Financeiros – Angola*, Departamento de Estudos Económicos e Financeiros, Outubro, Lisboa: BPI.

²¹ Mitchell, J. e P. Stevens 2008, *Ending Dependence. Hard Choices for Oil-Exporting States*, Londres: Chatham House (Royal Institute of International Affairs).

facto, em comércio e trabalho informais. No ano 2000, estimava-se em 300-350 mil o número de exploradores de diamante artesanais, ou garimpeiros, activos; ainda, mesmo após uma brutal campanha estatal de supressão, esse número parece ter aumentado em 2007²².

Todos esses elementos supõem desafios políticos e fiscais para as autoridades centrais e para a fiscalização internacional. O tráfico de diamantes foi responsável pelas contas da UNITA nos nove últimos anos de guerra. Em 1994, um acordo de paz frustrado entregou à UNITA o controlo de cinco áreas diamantíferas; em 2002, essa barganha elitista foi renovada, desta vez com bom êxito. Têm surgido movimentos separatistas nas áreas diamantíferas de Lunda-Norte e Lunda-Sul; não obstante, a mantê-los sob controlo estão acordos entre as elites política e militar, que assim dividem entre si as receitas oriundas do comércio de diamantes. Os níveis de transparência são menores que os do sector de hidrocarbonetos, a despeito das pressões formais feitas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela sociedade civil, as quais têm posto os circuitos formais de comércio de diamantes sob permanente escrutínio público. Isso tem atraído bastante atenção, pois envolve alguns dos principais actores internacionais, como a corporação monopolista De Beers.

Outras indústrias extractivas, como o minério de ferro, granito e mármore, são menos lucrativas; contudo, o controlo dessas indústrias está também submetido ao acesso limitado, a serviço dos acordos das elites internacionalizadas. Aplica-se a mesma lógica ao acesso às terras. As pressões inflacionárias sobre os preços dos alimentos a nível global geram maiores estímulos à aquisição de terras produtivas por parte de corporações internacionais, seja para o cultivo, a criação, o uso

directo ou a especulação. Investidores chineses têm demonstrado crescente interesse na compra de terras aráveis em Angola. A nova lei agrária de 2004 protege apenas superficialmente o pequeno produtor rural²³; favorece, entretanto, os interesses corporativos. Estas tendências obscurecem as perspectivas de níveis de vida decentes nos meios rurais, e de uma distribuição mais equânime de renda e riqueza; muito pelo contrário, apontam para mais polarização e conflito socioeconómicos.

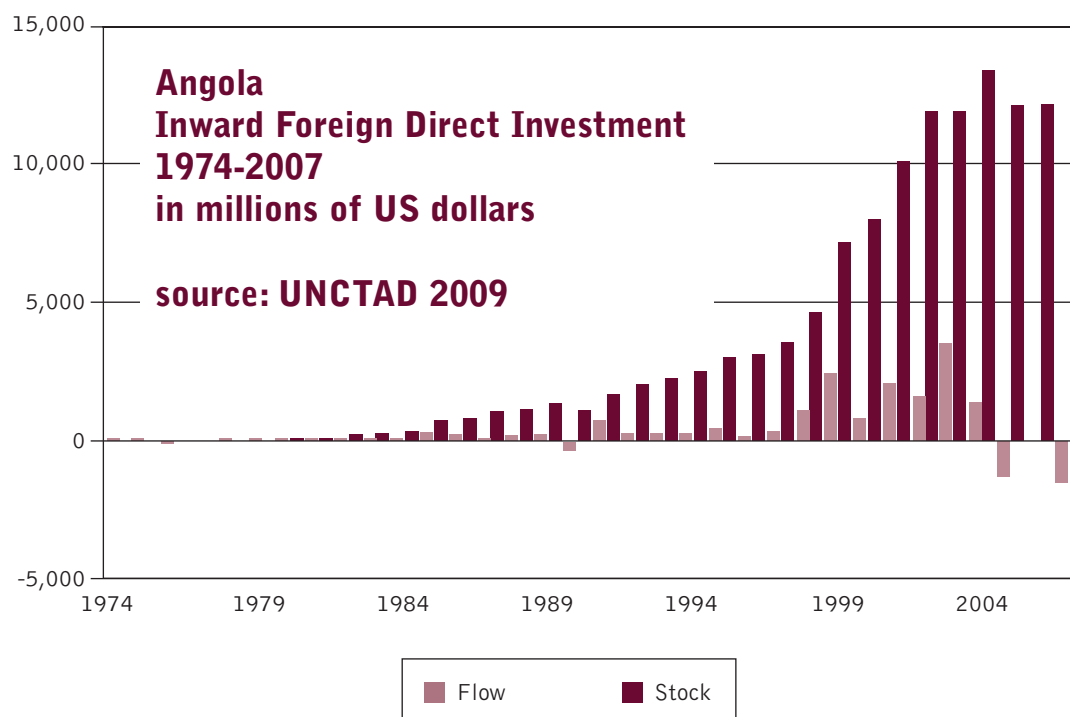
Integração no comércio e no investimento

Em 1985, passados 10 anos do período pós-colonial, aumentava a desordem em Angola: havia mais guerra, deterioravam-se os serviços básicos e a infra-estrutura, a economia rural entrava em colapso, e o país sofria com a volatilidade das receitas do petróleo. Assim, apenas um ano mais tarde, em 1986, estavam destruídos os sonhos do planeamento central Luandense, inclusive a política de substituição de importações. Outrora principal exportador de alimentos, Angola passou a importar, à época de 1990, mais da metade do seu consumo de alimentos, além de muitos outros produtos básicos.

O comércio de produtos importados tornou-se uma importante fonte de lucros para os ricos, e de emprego informal para os demais. Licenças de importação equivalem a ter acesso a crédito em moeda forte; tornaram-se, portanto, recompensas do sistema de patronato, cujos primeiros beneficiários seriam os militares. Prosperou o comércio informal com Zaire e África do Sul. Milhares de angolanos tornaram-se comerciantes internacionais, a importar por via área bens de consumo de Brasil, Portugal e Extremo Oriente.

²² PAC 2007, *Diamond Industry Annual Review for Angola 2007*, Ottawa: Parceria África-Canadá.

²³ Analisado em "A Questão da Terra em Angola. Ontem e Hoje", F. Pacheco (coord.), *Caderno de Estudos Sociais*, 1, 2005, Luanda: Centro de Estudos Sociais e Desenvolvimento; e ARD, Inc. 2007, *Strengthening Land Tenure and Property Rights in Angola. Land Law and Policy: Overview of Legal Framework*, Washington DC/Burlington VT: USAID/ARD.



Investimento Estrangeiro Directo em Angola, 1974-2007. Em milhões de US\$. (Estoque, em amarelo; Fluxo líquido, em azul). Fonte: UNCTAD (2009).

Como ilustra o gráfico, o investimento estrangeiro directo cresceu a ritmo vertiginoso. As remessas de lucros e outras saídas líquidas de capital estão a superar as entradas líquidas²⁴.

Os desejos dos consumidores e a cultura consumista propagaram-se, alimentados pela proliferação das indústrias de *marketing* e a crescente publicidade, que são dominadas por empresas brasileiras e portuguesas. Propaganda e imagens relacionadas ao consumo estão a saturar os meios de comunicação electrónicos e impressos, cujos conteúdos são quase sempre importados de Brasil, Estados Unidos ou Portugal. Desejos, necessidades e aspirações estão constantemente a sofrer pressões ampliadoras, à medida que se dilatam e intensificam as imagens do estilo de vida ocidental.

O comércio e o investimento chineses alteraram radicalmente a velocidade e a direcção da integração mundial de Angola. O volume total das trocas tem

crescido vertiginosamente, alcançando a cifra de US\$ 25,3 bilhões em 2008, isto é, aproximadamente 14 vezes o montante atingido no ano 2000. Angola é hoje o maior parceiro chinês na África Subariana²⁵. Ali, a presença de empresas chinesas tem aumentado consideravelmente, largamente motivada por linhas de crédito e empréstimos chineses, atrelados às empresas nacionais e lubrificadas pelos intercâmbios de elite que têm lugar em feiras de negócios internacionais e por intermédio de agências de promoção comercial semioficiais, como a Associação Comercial Internacional para os Mercados Lusófonos (ACIML). O acirramento da competição entre os fornecedores estrangeiros de bens e serviços está a dotar de maior poder de barganha as elites governistas de Angola. Ainda é Portugal, no entanto, o principal fornecedor de Angola, assim como um dos mais importantes investidores.

Integração financeira

Em termos financeiros, Angola é um dos países mais globalizados do mundo. Em 1998, foi um dos sete países cujo total de activos e passivos externos brutos

²⁴ UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) 2009, Estatísticas de IED, Base de Dados Interactiva, <http://www.unctad.org/>.

²⁵ Em 2008, as trocas chinesas com o Brasil, cujo PIB é 25 vezes maior que o de Angola, representaram somente o dobro das trocas com Angola.

excedeu o produto interno bruto (PIB)²⁶. A partir de 2002, devido a um surto de empréstimos, crédito, fluxo de capitais e investimentos estrangeiros, a integração financeira do país tem-se aprofundado ainda mais.

O engajamento angolano no mercado global de capitais tem ocorrido sem a mediação ou bênção das instituições de Bretton Woods; o país jamais tomou empréstimo do FMI. Entretanto, ao final dos anos 80, o governo angolano adoptou algumas medidas de acordo com as políticas do Consenso de Washington, mostrando-se particularmente favorável à “redistribuição regressiva” (“*upward redistribution*”). Isto incluiu a eliminação dos subsídios aos produtos alimentares, e a privatização – importantes avisos aos mercados domésticos e externos de que a era socialista havia chegado ao fim.

Os *superavits* financeiros de Angola despertam há décadas os interesses de bancos internacionais e agências de crédito – interesses correspondidos por angolanos a buscar meios discretos de guardar dinheiro *offshore*. A colusão entre as elites nacionais e internacionais fez de Angola exportador líquido de capital por dezenas de anos. Estima-se que a fuga de capitais no período 1985-2004 corresponda a 216 por cento do PIB registado, o que constitui um dos piores casos de hemorragia financeira da África Subsariana.²⁷

As saídas de capitais são efetuadas por uma mistura de adulteração de facturas comerciais²⁸, subornos e transferências directas por pessoas ricas. Não se tem conhecimento preciso do montante que somam as

fugas de capitais e as receitas tributárias não recolhidas. Isso constitui enorme défice de informação, o qual é resultado directo dos privilégios especiais concedidos por governos ocidentais aos centros financeiros *offshore*, vantagens conquistadas por intermédio dos fortes lobbies e contribuições políticas da indústria financeira. Esse género de acordos legais tem ajudado a fragilizar ainda mais a vida económica e a governança públicas em Angola, assim como em diversos outros destinos, incluídas as democracias ocidentais²⁹.

Após 2002, Angola tornou-se um dos novos destinos populares da indústria financeira, o que recebeu apoio entusiasmado de sectores públicos nas capitais ocidentais. Em 2007, o Secretário de Estado Adjunto estado-unidense para a África projectou Angola como um dos três principais focos de actividade, ao lado de Nigéria e África do Sul. Segundo o testemunho de um diplomata ocidental, “Existe a sensação de que se não formos um ‘player’³⁰ em Angola nos próximos cinco anos, teremos perdido a melhor oportunidade africana”³¹. Bancos e agências de crédito públicos de países como Brasil, China, França, Alemanha, Portugal e Espanha têm-se digladiado para oferecer novas linhas de crédito, ao passo que Angola tem pagado dívidas antigas. A cada ano, novos bancos e seguradoras privadas desembarcam no país.

Conquanto as avaliações do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios de Angola não sejam muito favoráveis, *think tanks* pró-mercado estado-unidenses outorgam-lhe melhor classificação, primordialmente devido ao seu regime tributário relativamente branda³² e à desregulamentação do comércio exterior³³. Quanto ao governo estado-unidense, este aprova as medidas de integração financeira, dentre as quais a facilidade para remeter lucros ao exterior³⁴.

²⁶ Lane, P. e G. M. Milesi-Ferretti 2001, “The External Wealth of Nations: Measures of Foreign Assets and Liabilities for Industrial and Developing Nations”, *Journal of International Economics*, 55, pp. 263-394. Estes dados talvez não contemplem riquezas clandestinas.

²⁷ Ndikumana, L. e J.K. Boyce, 2008, *New Estimates of Capital Flight from Sub-Saharan African Countries: Linkages with External Borrowing and Policy Options*, Documento de trabalho nº 166, Instituto de Pesquisa em Política Económica, Amherst: Universidade de Massachusetts. www.peri.umass.edu/236/hash/61e07e4377/publication/301/. As fugas ilegais de capitais de África estão escassamente documentadas e, portanto, muito subestimadas; veja Kar, D. e D. Cartwright Smith 2009, *Illicit Financial Flows from Developing Countries: 2002-2006*, Washington DC: Global Financial Integrity.

²⁸ O superfaturamento de exportações angolanas foi o principal mecanismo comercial de fuga de capitais com destino aos Estados Unidos, de 2000 a 2005. Pak, S. 2006, *Estimates of Capital Movements from African Countries to the U.S. through Trade Mispricing*, Seminário sobre Impostos, Pobreza e Finanças para o Desenvolvimento, Universidade de Essex, 6-7 de Julho de 2006, Associação para Contabilidade e Negócios Empresariais (Reino Unido).

²⁹ Veja material disponível nos websites de Tax Justice Network (www.taxjustice.net) e Global Financial Integrity (www.gfip.org).

³⁰ N. do T.: emprego de aspas do tradutor.

³¹ Alec Russell, “Investors sign up to Angola’s miracle”, *Financial Times*, 22 de Agosto de 2007.

³² Fundação Heritage 2008, *Index of Economic Freedom*. Washington DC: Wall Street Journal e Fundação Heritage.

³³ Instituto Cato 2008, *Economic Freedom of the World: 2008 Annual Report*. Washington DC: Instituto Cato.

³⁴ Departamento de Estado Norte-Americano 2008, *Investment Climate Statement – Angola (2007)*, <http://www.state.gov/e/eeb/afd/2007/>.

De facto, continua a sair mais dinheiro de Angola do que está a entrar; haja vista, por exemplo, os dados de investimento estrangeiro directo no período 2005-2007³⁵. O efectivo destino desse dinheiro não é de conhecimento público. Mas, caso tenham essas receitas o mesmo fim das de outros exportadores de petróleo, os principais beneficiários serão estado-unidenses. Em estudo intitulado *Reciclando Petrodólares*, três economistas do *Federal Reserve* (Banco Central dos Estados Unidos) concluíram que, “Embora seja difícil determinar onde são investidos esses recursos, as evidências sugerem que o montante principal acaba por chegar, directa ou indirectamente, aos Estados Unidos”³⁶.

Os fundos soberanos, lançados originalmente por exportadores de petróleo do Golfo, constituem importante mecanismo de Estado para a administração de petrodólares. Assim, com as receitas do petróleo, Angola criou em 2004 o Fundo de Reserva do Tesouro Nacional. No entanto, a maior parte dos activos angolanos registados *offshore* são administrados pela estatal Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola). O principal negócio dessa empresa é o petróleo, o qual compreende amplas participações em petrolíferas no Gabão, Congo e Guiné Equatorial, onde fornece ainda consultoria em segurança. Mas a Sonangol tem optado também pela diversificação, o que inclui interesses em empresas energéticas e bancos portugueses. É possível que se torne, em breve, dona de importantes meios de comunicação em Portugal. Em Guiné-Bissau, a Bauxite Angola, uma de suas *joint-ventures*, está a investir centenas de milhões em instalações portuárias e de mineração.

A integração financeira e a auto-afirmação de Angola estão, portanto, bem avançadas. Mesmo face à crescente competição chinesa, os acordos supracitados propiciam às elites ocidentais seus desideratos primordiais: a maior diversificação das fontes de suprimento de petróleo, receitas crescentes para *Wall Street* e corporações financeiras de domínio ocidental, e um mer-

cado em ascensão para as exportações e investimentos ocidentais. Também foram pingues as recompensas para as elites colaboradoras angolanas. Este sistema de incentivos é marcadamente voltado para o curto prazo, a construir-se sobre precárias premissas ecológicas e económicas; um facto que, no entanto, não parece desestimular nem um pouco sequer os envolvidos.

Porque há muito tempo integrada na economia mundial, Angola poderia servir de exemplo dos benefícios que os fundamentalistas de mercado advogam a respeito da globalização financeira. Mas essas assertivas parecem ser espúrias; o caso angolano é somente um entre muitos que estão a demonstrar isso. Uma maior integração financeira *não* melhora o desempenho a longo prazo do crescimento económico de países pobres, como teve de concluir, com evidente desapontamento, inclusive um recente estudo do FMI³⁷. Notadamente, os dados haviam sido apurados antes que os países pobres começassem a sentir os impactos da actual crise financeira global. À medida que a crise se aprofunda, tornam-se claros os efeitos perniciosos da integração financeira sem controlos.

Integração política

Poder militar e financeiro, aliado a sazoadada experiência política, permitiu às elites angolanas negociarem os termos de sua integração política a partir de posições sólidas. Porquanto buscam aumentar sua segurança energética e competem por mercados lucrativos para seus produtos e serviços, os países europeus voltam suas atenções a Angola.

Integração com democracias ocidentais

A instrumentalização das receitas petrolíferas, para o avanço dos interesses de políticos e seus partidos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, é uma das faces mais notórias da integração política angolana com os sistemas políticos internacionais. A despeito

³⁵ UNCTAD 2008, *World Investment Report 2008*, Nova Iorque e Genebra: UNCTAD, p. 294.

³⁶ Higgins, M., T. Klitgaard, e R. Lerman, 2006, “Recycling Petrodollars”, *Current Issues in Economics and Finance*, 12: 9, Nova Iorque: Federal Reserve Bank of New York.

³⁷ Departamento de Pesquisa do FMI 2007, *Reaping the Benefits of Financial Globalization*, Washington DC: Fundo Monetário Internacional.

dos esforços feitos em altas esferas para manter o assunto em segredo, vazaram informações acerca de subornos pagos por uma petrolífera francesa a políticos africanos e europeus, as quais foram suficientes para suscitar processo criminal na França. Há também evidências de receitas petrolíferas angolanas a macular o exercício da política nos Estados Unidos, as quais aguardam investigação mais ampla³⁸. O que está em jogo nas democracias anglo-saxónicas é ressaltado por um observador hábil observador da política petrolífera africana:

“Nos países anglófonos ricos, provavelmente não exista a corrupção de um modo grande e unificado, ao estilo de uma conspiração de Estado francesa, mas ela subsiste sob uma forma mais privatizada, descentralizada, qual podridão nebulosa, que provém daquelas grandes e genéricas tentações *offshore*, as quais envenenam insidiosamente nossas democracias por meio de lobbies e outros esquemas ainda mais nefários. Quanto mais aumenta o preço do petróleo, maiores são as bolsas de dinheiro, e maiores são os riscos para as nossas democracias. Novamente, qual heroína age o petróleo: a sensação inicial é boa, mas o resultado final é catastrófico. Isto não é a vulgar corrupção estrangeira. É uma situação verdadeiramente perigosa”³⁹.

Integração com instituições regionais e globais

Logo após sua independência em 1975, Angola tornou-se Estado-membro da ONU e seus afiliados. A adesão às instituições financeiras reguladoras viria muito mais tarde: o FMI, em 1989, e Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, por sua sigla em inglês)/Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994. Nos anos que se seguiram à independência, em organismos como o Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), Angola agiria na qualidade de estandarte do nacionalismo terceiro-mundista; interesse que está hoje desvanecido. Em Angola, há pouco entusiasmo a respeito de blocos progressistas, como a Internacional Socialista, apesar

de ter recebido vasto apoio financeiro e diplomático advindo da Suécia e de outros pilares da democracia social.

O actual governo demonstra apenas um interesse perfunctório em participar de instituições formais como a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, por sua sigla em inglês), e, desde 1999, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS, por sua sigla em inglês), este último um organismo principalmente francófono, por vezes dormente, que facilita o engajamento com países doadores.

Angola tem mais visibilidade quando está a participar de plataformas em que tem interesses directos. Sedia uma iniciativa nigeriana recém-resgatada: a Comissão do Golfo da Guiné, que visa aos interesses económicos e de segurança de diversos países dessa região. Sem embargo, mostra grande entusiasmo pelo cartel petrolífero OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), de que se tornou membro integral em 2007 e cuja presidência assumiu em Janeiro de 2009.

Quanto à política regional, Angola normalmente age de forma unilateral, por vezes utilizando a força armada. Alguns observadores notam ali um desejo de hegemonia regional, de um poder de influência que rivalize com o de África do Sul⁴⁰. Essas ambições não passaram despercebidas em Washington DC, onde soou o alarme ao adentrarem as forças armadas angolanas os dois Congos, e noutros lugares, para salvar regimes aliados. Outrora vista em Washington como fonte de “desestabilização regional”⁴¹, hoje, cessadas essas preocupações, vê-se Angola benignamente como força instrumental de polícia na região.

Integração com o sistema de ajuda internacional

Em contraste com a maior parte dos países da África Subsariana, Angola raramente medeia sua integração

³⁸ Global Witness 2002, *All the President's Men: the Devastating Story of Oil and Banking in Angola's Privatised War*, Londres: Global Witness, pp. 24-25.

³⁹ Shaxson, N. 2007, *Poisoned Wells. The Dirty Politics of African Oil*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 101.

⁴⁰ Por exemplo: Prendergast, J. e J. Bowers 2003, *Angola's Second Chance*, Bruxelas: Grupo Internacional de Crise (ICG).

⁴¹ Banco Mundial 2003, “Transitional Support Strategy for the Republic of Angola”, Washington DC: Banco Mundial, p. 7.

política por doadores ou pelo sistema de ajuda internacional. Líderes empresariais e de organizações não-governamentais (ONGs) não vêem a indústria da ajuda como uma força desenvolvimentista de peso, e deploram a condescendência e as condicionalidades envolvidas nesse processo. Um veterano observador angolano rejeita a noção de que o país, antes de receber a ajuda necessária, deva integrar-se ao sistema de acordo com os termos dos doadores. Os angolanos preferem ser respeitados: não desejam ser admoestados a aceitarem a “bíblia” da “boa governança, transparência e responsabilidade”, quando inexistem os pré-requisitos para tanto.⁴²

Ali, não exerceram os doadores, portanto, o mesmo poder que em outras partes de África. Sua influência diminuiu ainda mais após o fim da crise humanitária. Funcionários da Comissão Europeia notam que “[c]omo acontece com outros países ricos em recursos naturais, o escopo de influência sobre o governo de Angola, em geral, e quanto à governança, em particular, é limitado”⁴³. Segundo um informante, a “última tentativa” dos doadores foi em 2003, quando o governo angolano acabara de concluir a elaboração da sua Estratégia de Combate à Pobreza. Hoje, essa declaração oficial de intenções é letra morta. O “observatório” não-oficial, instalado em 2004 para o monitoramento das actividades governamentais de combate à pobreza, com subsídios de doadores, na actualidade está dormente.

Agências internacionais hesitam em confrontar o governo, mesmo em casos que envolvem suas próprias instituições. Houve poucas objecções altas e claras ao fechamento do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Luanda, em 2008. Excepções a esse acanhamento existiram: o Relator Especial da ONU para o direito à moradia

adequada, e o Enviado Especial da ONU para os defensores dos direitos humanos publicaram relatórios a criticar as acções do governo angolano.

Apenas algumas ONGs de desenvolvimento internacional expressam críticas abertamente. Assim aconteceu em 2007, quando o acosso do governo de Angola a quatro ONGs angolanas de direitos humanos deflagrou protestos entre organizações europeias. Potências estrangeiras, como os Estados Unidos, tendem a outorgar o benefício da dúvida ao governo angolano; com efeito, diplomatas estado-unidenses por vezes defendem firmemente as políticas oficiais angolanas. De um modo geral, no entanto, a “comunidade internacional” tende a abaixar a cabeça e calar a boca colectivamente.

Há pouca empatia entre o povo angolano e as agências internacionais. Pesquisas de opinião⁴⁴ revelam baixos níveis de confiança popular na ONU. Seu desempenho político e humanitário tem sido medíocre, se tanto; isto se deve, em parte, à falta de apoio firme e consistente por parte de Estados-membros poderosos, especialmente no Ocidente.⁴⁵

Integração militar e de segurança

Dentre as forças armadas do continente, as Angolanas têm mais experiência em combate e intervenções rápidas. Esse facto, somado ao enorme orçamento de Angola, fazem desse país um atraente parceiro para militares ou agentes de segurança estrangeiros e suas respectivas indústrias armamentistas.

Actores militares, de segurança, e corporativos compram, há décadas, armas e serviços militares e de segurança, tanto em mercados oficiais quanto em mercados clandestinos. Os beligerantes angolanos escaparam às sanções da ONU pela compra de enormes quantidades

⁴² Pacheco, F. 2006, *Diplomacia, Cooperação e Negócios a Ajuda ao Desenvolvimento: O Papel dos Agentes Externos em Angola*, ensaio apresentado na Conferência “Diplomacia, Cooperação e Negócios. O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique”, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), Lisboa, 27 de Março de 2006.

⁴³ Comissão das Comunidades Europeias 2007, *Towards an EU response to situations of fragility*, Documento de Trabalho da Comissão SEC(2007)1417, Bruxelas: CEC, p. 30.

⁴⁴ BBC World Service Trust (Fundação do Serviço Mundial da BBC) 2008, *Elections Study Angola 2008*, London: BBC World Service Trust; Farinha, H., I.S. Emerson e J. Pinto de Andrade 2004, *O Futuro Depende De Nós – Angolanos discutem o seu futuro político – Perspectivas dos Quimbo às Cidades de Angola*, Washington DC: Instituto Democrático Nacional (NDI).

⁴⁵ Lari, A. e Kevlihan, R. 2004, “International Human Rights Protection in Situations of Conflict and Post-Conflict. A Case Study of Angola”, *African Security Review*, 13:4.

de armas a preços elevados. À época do fim da guerra, pesquisadores não-governamentais e oficiais documentaram o amplíssimo escopo de integração angolana ao mercado global de bens e serviços militares⁴⁶.

Desde o fim da guerra, em 2002, os sectores militar e de segurança aumentaram os investimentos em: treinamentos, instalações e software; mecanismos de vigilância e controlo de distúrbios públicos; e provisão de serviços privados de segurança. Existem produtos multiuso e usuários múltiplos. Por exemplo, desde 2004 a Chevron utiliza veículos aéreos israelitas não tripulados (UAV, por sua sigla em inglês) para a vigilância territorial, em colaboração com as forças militares angolanas. Há evidência de crescente competição entre as indústrias militares estado-unidenses e chinesas para explorar oportunidades em Angola; os exercícios militares de treinamento de China e Estados Unidos aumentaram, e os exercícios conjuntos entre as forças de Estados Unidos e Angola, iniciados em 1997, hoje são rotineiros.

Os programas ocidentais de treinamento militar e policial iniciaram nos anos 90. A *Guardia Civil* espanhola trabalhou junto com as forças angolanas de 1992 até 1998, ao que se seguiu a assistência espanhola para serviços presidiários. O envolvimento estado-unidense tem aumentado; em 2007, por exemplo, deu suporte ao treinamento regional (inclusive de combate às drogas) de 35 oficiais de polícia angolanos. O Pentágono iniciou seus primeiros programas activos em 1997; hoje, os exercícios conjuntos entre as forças de Estados Unidos e Angola são comuns. Fala-se em "terrorismo", o que remete à influência de que desfruta o discurso de segurança estado-unidense entre as elites de segurança angolanas.

Integração: conclusão

Em um continente marcado por economias políticas extrovertidas, o caso de Angola é extremado. O principal produto do país é cada vez mais produzido *offsho-*

re; quase tudo o que consome é importado. Financeiramente, está profundamente atrelado aos mercados financeiros ocidentais e, mais recentemente, também aos bancos chineses. Os poderes político e militar nacionais dependem da cooperação estratégica com fornecedores estrangeiros. Em suma, a economia política angolana está intimamente emaranhada com circuitos e actores externos.

Sob o domínio português, a economia Angolana era vinculada aos mercados globais principalmente por meio das exportações agrícolas. Esses produtos estimulavam o consumo, que por sua vez alimentava o investimento e a produção *onshore*. Tudo isso foi mudado pelo petróleo e pela guerra. Estes geraram políticas que destruíram a economia agrária e deslocaram a população às áreas urbanas, as quais se tornaram o centro de gravidade democrático. Esses enclaves urbanos não têm os vínculos necessários com os sistemas produtivos locais; salários e investimentos dependem de mercados de consumo (de hidrocarbonetos, principalmente) localizados em outras partes do mundo, assim como de especulações à moda de casinos.

A política doméstica, portanto, em pouco diz respeito a relações recíprocas entre cidadãos que pagam seus tributos, ou empresários que produzem bens, de um lado, e uma classe política que precisa desses tributos e bens, do outro. As fontes cruciais do poder político em Angola surgem da dependência do país de sistemas globais que lhe fornecem receitas, bens e meios de coerção – tudo a ocorrer sob a tutela militar e diplomática dos Estados Unidos. A integração *offshore*, assim, estabiliza e conforma uma "ordem de acesso limitado" *onshore*, como se analisará mais detalhadamente no próximo capítulo.

⁴⁶ Veja, por exemplo, Human Rights Watch 1999, *Angola Unravels*. Nova Iorque: HRW, pp. 92-153.

A economia política *onshore* de Angola

Que papel desempenham as instituições formais angolanas *onshore* na resiliência ou fragilidade do Estado? Que padrões de regras ou poder estão a contornar essas instituições, ou a funcionar em seu seio? Que incentivos existem para a perpetuação ou o confronto dessas regras, especialmente com respeito às elites? Como evoluirão esses incentivos no futuro? Essas são algumas das principais questões a serem abordadas neste capítulo.

Sistemas militares e de segurança

Por gerações, Angola foi assolada pela guerra; sua história, “banhada pelo sangue das vítimas”⁴⁷. Angolanos e não-angolanos, a perseguir dinheiro e poder, quase sempre escolheram primeiro a violência e a coacção. Essas escolhas tiveram efeitos cumulativos. Face à guerra do “rollback”, o MPLA congregou, com a ajuda do bloco Leste Europeu⁴⁸, forças que se tornariam um exército competente, endurecido pela batalha. Devesse à cruzada estado-unidense contra o país, aos petrodólares e ao livre mercado de bens e serviços militares os níveis actuais de militarização e de uso de forças de segurança em Angola, que tem a capacidade de destacar forças de combate para influenciar a política de outros países africanos.

Per capita, o tamanho das forças militares, policiais e paramilitares de Angola é o maior de toda a África Subsariana, à excepção possível da Eritreia. Em 2005, o número de pessoas a constar da folha de pagamento das Forças Armadas de Angola estava próximo de 500

⁴⁷ Pélissier, R. 1986, *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941*, vol. II, Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa, p. 280.

⁴⁸ Durante o período 1976-1990, Cuba foi uma importante fonte de ajuda técnica militar e não-militar. Veja “Cuban intervention in Angola”, <http://en.wikipedia.org/>. União Soviética, Vietname e Alemanha Oriental também contribuíram com técnicos, material e dinheiro. À excepção dos recursos militares, resta pouco da influência desses países em Angola.

mil, embora somente um terço estivesse na activa. Outras dezenas de milhares⁴⁹ servem em outras forças regulares e não-regulares, na Guarda Presidencial ou nos serviços secretos.

Paralelamente às forças estatais, cresceram as empresas privadas de segurança. Em 2004, havia aproximadamente 200 empresas privadas de segurança, a empregar em torno de 36 mil pessoas, principalmente em Luanda e em áreas de extracção de diamantes. Essas empresas têm-se movimentado em obscuros mercados público-privados, estruturados primordialmente em torno de relações políticas (as principais empresas de segurança são compradas por oficiais militares de alta patente) em detrimento da livre concorrência.

Formalmente, o poder sobre as forças militares e de segurança angolanas esteve sempre nas mãos de políticos (civis). Informalmente, no entanto, esse poder depende sempre de pactos com oficiais militares de alta patente. Esses pactos tornaram-se imperativos em 1977, quando houve uma violenta tentativa de golpe por parte de oficiais do ramo de segurança, a qual traumatizaria a classe política. Tornar-se-ia ainda mais imprescindível a partir de 1980, quando a UNITA e seus apoiantes estrangeiros intensificaram a guerra contra o governo. Forças armadas eficientes, disciplinadas e leais passariam a ser fundamentais para os projectos de construção do Estado. Altos oficiais têm dado muita atenção ao recrutamento, treinamento, disciplina e remuneração dos agentes militares e de segurança. Ao fazê-lo, esmeram o cuidado com a composição social das divisões de segurança, no intuito de reduzir os riscos de dissensões e deslealdade. Após o exército purgar diversos oficiais brancos e mestiços no começo dos anos 80, as lideranças angolanas passaram a adoptar uma política mais compreensiva, a recrutar oficiais oriundos de etnias donde os partidos de oposição e suas forças insurgentes alistavam apoiantes.

⁴⁹ Em 2008, um total de 45.544 policiais participou de algum tipo de programa de treinamento, segundo o Ministro do Interior (ANGOP, 12 de Janeiro de 2009). As forças de segurança interna de Angola podem ser, portanto, duas vezes maiores do que a média da África Subsariana de 180 policiais para cada 100.000 habitantes.

Ao término da guerra em 2002, o sector de segurança absorveu parte dos 130 mil ex-combatentes desmobilizados. Como importante gesto de reconciliação, mais de cinco mil soldados e generais da UNITA foram incorporados ao exército nacional e às forças policiais. O treinamento e o aperfeiçoamento, com apoio estrangeiro, são comuns.

As lideranças angolanas esforçaram-se para firmar a lealdade dos corpos oficiais, cultivando alianças pessoais baseadas em promoções e pensões, além de benefícios informais. À onda das privatizações dos anos 90, altos militares fizeram aquisições imobiliárias nas cidades, assim como de propriedades rurais que haviam pertencido ao Estado⁵⁰. Acumularam renda por meio do acesso à compra de dólares com desconto e a posições de corretagem comercial; ademais, e principalmente, mediante quase-monopólios em algumas importações e exportações – rentáveis privilégios obtidos pelo clientelismo. Respaldados por amplos gastos (alguns fora do orçamento oficial), esses sistemas clientelares mantêm unificadas e leais as estruturas de comando⁵¹. Ramificam-se, ainda, em subespaços clientelares, que ajudam a cimentar as lealdades políticas nos demais níveis da sociedade – à excepção notável de Cabinda, algo mais da metade dos angolanos dizem confiar nas forças armadas⁵².

Por outro lado, a coerção policial estrutural tem-se voltado primordialmente àqueles que carecem de qualquer protecção política: trabalhadores migrantes em áreas diamantíferas, inquilinos pobres de importantes imóveis urbanos, e dissidentes esporádicos (como os estudantes). Esses grupos estão a sofrer crescentemente com um policiamento híbrido, efectuado por meio de operações conjuntas entre a polícia e as empresas privadas de segurança, a representar um

⁵⁰ Péclard, D. 2008, "Introduction au Thème. Les Chemins de la 'Reconversion Autoritaire' en Angola", *Politique Africaine*, 110, p. 15.

⁵¹ Acordos de elites alicerçados sobre a privatização podem ser frágeis. Na Sérvia, Geórgia e Azerbaijão, a concessão de bens privatizados a clientes favorecidos não garantiu lealdades políticas. Veja: Gould, J. A. e C. Sickner 2008, "Making market democracies? The contingent loyalties of post-privatization elites in Azerbaijan, Georgia and Serbia", *Review of International Political Economy*, 15(5): pp. 740-769.

⁵² BBC World Service Trust 2008, *Elections Study Angola 2008*, Londres: BBC World Service Trust.

modelo privatizado que carece de informações legais, onde denúncias se tornam letra morta e não há responsáveis. Ao mesmo tempo, está a aumentar o uso de agências secretas e informantes, que penetram mesmo nas redes das ONGs locais.

Os riscos para a segurança pública em Angola são, *prima facie*, evidentes. Ao longo das consecutivas desmobilizações, desde 1992, dezenas de milhares de ex-soldados foram despejados no mercado de trabalho, onde poucos encontrariam bons empregos. Ademais, Angola está inundada de armas de fogo, que se encontram nas mãos de 21 de cada 100 habitantes; uma das taxas mais altas fora do mundo ocidental⁵³. Existe, sem dúvida, o crime violento, mas a uma taxa menor que a esperada se considerada a infausta combinação de armas de fogo com juventude desempregada. Uma pesquisa realizada em 2007 entre empresários angolanos apurou menor incidência e impacto de roubos e outros crimes em Angola do que noutras partes de África⁵⁴. Lá, não parece haver gangues criminosas a deter o monopólio da violência em zonas urbanas específicas, como se passa nas favelas da Cidade do Cabo ou em algumas cidades latino-americanas.

Política onshore

Colocando instituições formais a serviço do poder informal

Constitucionalmente, Angola é uma democracia parlamentar. A separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário propicia os freios e contrapesos⁵⁵ ao sistema. Formalmente, o povo pode fazer-se ouvir por meio dos diversos partidos, organizações civis e meios de comunicação. Sem embargo, essa estrutura formal não reflecte o modo em que efectivamente funciona a política no país. Prevaecem as regras informais e as rela-

⁵³ Small Arms Survey 2007, Genebra, www.smallarmssurvey.org.

⁵⁴ Banco Mundial 2007 *Angola Investment Climate Assessment*, Washington DC: Banco Mundial, p. 35.

⁵⁵ N. do T.: trata-se do famigerado conceito de "checks and balances", mais conhecido pela sua alcunha anglófona. Origina-se no conceito de separação dos poderes, comumente creditado ao filósofo francês Montesquieu, do qual é a Constituição dos Estados Unidos o exemplo mais paradigmático.

ções pessoais, normalmente por detrás de uma fachada de acordos formais.

A realidade é que a política angolana gravita em torno à Presidência, o Futungo⁵⁶, donde se administram as estruturas clientelares, que em vários pontos se cruzam com o partido dominante, o MPLA. Esse monopólio de poder tem expressão oficial, haja vista os poderes de nomeação e demissão de quaisquer membros do poder judiciário, do Tribunal Supremo até ao Tribunal de Contas. Ainda, age também informalmente, a aparelhar importantes organismos oficiais, como a Comissão Nacional Eleitoral, com assecclas do partido governista.

Os poderes efectivos da Assembleia Nacional são circunscritos por mandatos estreitos, recursos limitados e falta de autonomia financeira⁵⁷. Conquanto seja foro para vozes dissidentes e nova legislação, serve a Assembleia primordialmente de plataforma para os interesses do partido governista; função que hoje, em termos formais, é absoluta. As primeiras eleições do país, em 1992, outorgaram 59 por cento das cadeiras ao MPLA; em 2008, 87 por cento. Para todos os efeitos, o statu quo pré-1992, isto é, o sistema de partido único, foi praticamente restaurado. O debate político, e os freios e contrapesos estão circunscritos aos recintos do partido dominante e do governo, a portas fechadas.

Os angolanos comuns nunca tiveram acesso a um sistema formal legal. O poder judiciário continua fraco e subordinado às autoridades centrais. Nesse poder, a falta de pessoal e sistemas operativos está sendo tratada gradualmente. Os tribunais gozam, em certa medida, de confiança pública⁵⁸. Mas há poucos precedentes de cidadãos a pleitear contra as autoridades⁵⁹, ao passo que o governo promove meios menos formais

e menos vinculantes de resolver disputas. A Provedoria de Justiça registou em 2008, seu terceiro ano de existência, 400 queixas de cidadãos. No mesmo ano, um alto funcionário propôs a criação de centros de arbitragem públicos e privados. Esses organismos, não obstante, não dispõem de mandatos para fazer cumprir leis ou impor resultados legalmente vinculatórios. Servem, mais bem, para alertar as autoridades dos problemas, sem lhes exigir as soluções. Outras iniciativas semiformais, como os comités provinciais de direitos humanos, estão, em grande medida, paradas.

Por meio do seu controlo das transmissões, e poderes para intimidar ou aliciar dissidentes, o regime controla e enfeita as informações para o público. A autocensura é desenfreada. Índices comparativos apurados por Repórteres Sem Fronteiras e *Freedom House* classificam a liberdade de imprensa em Angola como bastante restrita, no contexto africano, mas não entre as *mais* restritas do continente. Uma análise recente, feita por um veterano activista nos campos de imprensa e direitos humanos, prevê sombrias perspectivas para o futuro da imprensa independente em Angola, que se tornará mais confinada, desprovida de profissionais e eclipsada pelos meios de comunicação pró-regime, públicos e privados, que fazem propaganda governista e oferecem programas frívolos de entretenimento.⁶⁰ A população em geral, e uma parte da classe política, ficam no escuro quanto a assuntos políticos e económicos de grande importância. Em Angola, a transparência a respeito de orçamentos estatais é uma das mais restritas do mundo⁶¹. Assim, uma política informada e aberta depara-se com grandes obstáculos.

Política infranacional

O governo territorial de Angola jamais havia sido forte; 40 anos de guerras fragilizaram-no mais ainda, tor-

⁵⁶ Referência ao Futungo de Belas, complexo presidencial localizado em colina litorânea em Luanda, donde o Presidente e outros altos cargos executam suas funções. N. do T.: Futungo é usado ao longo do ensaio como sinédoque de Presidência.

⁵⁷ Isaksen, J. et al, 2007, *Budget, State and People. Budget Process, Civil Society and Transparency in Angola*, Documento de trabalho 2007:7, Bergen: Chr. Michelsen Institute; Amundsen, I. et al, 2005, *Accountability on the Move. The Parliament of Angola*. Documento de trabalho 2005:11, Bergen: Chr. Michelsen Institute.

⁵⁸ BBC World Service Trust 2008, *Elections Study Angola 2008*, Londres: BBC World Service Trust.

⁵⁹ Skaar, E. e J. Van-Dúnem 2006, *Courts under Construction in Angola: What can they do for the Poor?*, Documento de trabalho 2006:20, Bergen: Chr. Michelsen Institute.

⁶⁰ Marques, R., "Mass media in Angola: Hegemonic power or power to be subverted?", *Pambazuka News*, 8 de Janeiro de 2009, <http://www.pambazuka.org/>.

⁶¹ Iniciativa do Orçamento Aberto (Reino Unido) 2008, *Open Budget Index 2008*, <http://www.openbudgetindex.org>.

nando-se quase extinto em algumas regiões do país. Por anos humilhadas pela presença de uma “república” liderada pela UNITA no interior do país, e preocupadas com distúrbios políticos nas províncias de Lunda e em Cabinda, as autoridades centrais estão hoje em estado de alta alerta quanto a surtos de separatismo. Essas autoridades têm demonstrado sofisticação política ao manter em xeque as elites provinciais, por meio de uma ampla e informal coalizão. Dirigem e financiam a governança infranacional em camadas que se estendem até ao nível local. Nomeiam todos os seus altos funcionários a nível infranacional, e criam e dissolvem instituições a seu bel-prazer (subsidiárias de empresas “paraestatais”, diversos fundos, comités e programas, etc.). Embora alguns governos infranacionais por vezes consultem os cidadãos locais, efectivamente respondem somente às autoridades superiores, enfim, às autoridades máximas em Luanda.

A autoridade é centralizada, ainda que ocasionalmente se tenham delegado poderes discricionários a representantes provinciais. Em negociações com a UNITA, o MPLA indicou abertura ao facto de que a escolha dos governadores das províncias, actualmente feita pelo Presidente da República, venha a ser influenciada pelas urnas. O Futungo suspende, de quando em vez, governadores considerados corruptos ou impopulares; igualmente, os eficazes e populares (por exemplo, o ex-primeiro-ministro Lopo de Nascimento, “superautoridade” de três províncias da região sudoeste, nos anos 80).

Não obstante, Luanda sente-se suficientemente confiante para intentar reorganizar novamente a pirâmide de poder. Desde 2005, vem desenvolvendo, com o apoio técnico e conceitual do Brasil, um projecto piloto de “descentralização” em 88 municípios-chave, os quais abrigam mais de 70 por cento da população do país. Em 2009, cada um dos 167 municípios de Angola irá receber US\$ 5 milhões, para serem gastos de acordo com seus respectivos Planos Directores Municipais, que deverão ser aprovados em Luanda. Um Decreto-Lei de 2007 instituiu a consulta pública de planos locais de desenvolvimento e assuntos correlatos, o que abre espaços oficiais, ainda que modestos, para dar voz aos cidadãos a nível local.

Contudo, não são bem-vindos espaços onde os próprios cidadãos possam fazer política. E não está nada claro que a competição eleitoral prometida a nível local irá mudar esse quadro. O MPLA, em qualquer caso, tem-se preparado para tanto, de certo modo; por exemplo, no intuito de cumprir as leis de equilíbrio de género no governo, estão as esposas de políticos do MPLA a ser preparadas para cargos eleitos (por meio de cursos de treinamentos no Brasil, etc.). O governo enfatiza que essas inovações políticas devem ser feitas paulatinamente, e não deixa dúvida de que continuará a manter um grande poder em suas mãos.

Dá-se muito mais importância à administração do Estado do que à vida política. O alcance geográfico das agências estatais ainda é limitado, mas o desempenho em alguns aspectos-chave tem melhorado⁶². Partindo de níveis baixos, o recolhimento de impostos, as receitas alfandegárias e os pagamentos de contas de electricidade estão a melhorar. A capacidade do regime de estender via rádio a sua mensagem, e limitar as mensagens alternativas, é grande, facto que certamente foi importante contributo para a vitória esmagadora do MPLA nas eleições parlamentares de Setembro de 2008. Os avanços em outros sectores são mistos: a pavimentação das ruas e estradas, e sistemas de água têm melhorado, principalmente nas zonas urbanas onde residem os estratos assalariados da sociedade. Em 2008, os indicadores de ensino formal – números de alunos, professores e salas de aula – haviam mais que dobrado em comparação com os níveis de 2002. O sistema de saúde também foi ampliado, mas nesse caso os resultados são mistos: as taxas de tuberculose estão a aumentar e, em 2007, uma crise de cólera abateu-se, somente em Luanda, sobre dezenas de milhares de pessoas.

Reprodução e ampliação do regime autocrático

Para o Futungo a questão principal é o seu monopólio de poder. Para o manter, são imprescindíveis os seus acordos *offshore*, em especial aqueles com as petrolíferas

⁶² De acordo com indicadores do *Crisis States research programme* da London School of Economics (LSE). Veja Putzel, J. 2008, *Development as State-Making Research Plans (revised)*, Crisis States Research Centre, manuscrito.

ras e seus guardiões políticos e militares, estado-unidenses em sua maioria. *Onshore*, a preocupação primordial do Futungo é impedir que haja qualquer desafio doméstico ao seu governo, seja um movimento separatista ou uma coalizão de interesses económicos e políticos ampla o suficiente como para se sustentar de forma autónoma (sem o apoio das autoridades centrais).

Ao longo da guerra, a liderança do MPLA eventualmente iria subjugar os seus rivais nacionais por meio da coerção militar e da persuasão material. Asseguraria a lealdade dos ex-rivais, garantindo-lhes o acesso a benefícios, propriedades e meios privilegiados de obter rendas e divisas estrangeiras. Essas medidas neutralizaram cada vez mais oponentes, convencendo a grande maioria a aliar-se com o governo do MPLA e formar uma coalizão ainda mais ampla da elite. Por outro lado, aqueles que mostrassem demasiada lealdade a um determinado grupo, ou mantivessem relações com circuitos económicos estrangeiros à revelia do Futungo, seriam repentinamente privados dos favores oficiais e excluídos do sistema. Assim ocorreu, em meados dos anos 90, com um amplo e próspero círculo de comerciantes libaneses, a maior parte dos quais eventualmente deixaria o país. Novos grupos de empresários, profissionais e burocratas têm, portanto, mais incentivos para perseguir alianças verticais do que laterais, e para deter e esmagar os seus rivais e suas propostas.

A estatal Sonangol é um instrumento crucial das autoridades. Criada em 1976 para ser a empresa nacional de petróleo, é hoje uma corporação grande e bem-sucedida; instituição competente e robusta, assim como as forças armadas angolanas, a qual existe num contexto amplo de decadência e fragilidade institucional. Um estudioso de política e petróleo no Golfo da Guiné descreve a Sonangol como "a peça-chave da administração do 'Estado fracassado bem-sucedido' de Angola"⁶³.

Com os bolsos cheios e o firme apoio de poderosas forças financeiras e militares, o Futungo está livre para

perseguir a bel-prazer o seu projecto clientelar, na medida em que permitirem os seus recursos humanos e organizacionais. Todavia, a economia extrovertida de Angola e o surto de investimento estrangeiro (em escala grande ou pequena) após a guerra têm gerado novas oportunidades de enriquecimento afora a tutela do partido dominante; desde licenças de negócios e linhas de crédito no sector formal até o comércio, a mão-de-obra e o transporte informais. À medida que se multiplicam as parcerias com empresas estrangeiras, o controlo do Futungo sobre a riqueza produzida *onshore* torna-se relativo, e não mais absoluto, segundo observadores⁶⁴. Sem embargo, apesar de serem regulares os contratos de negócios entre empresários angolanos e estrangeiros, as autoridades centrais despendem grandes esforços para manter um controlo rígido e vertical do acesso aos principais canais de receitas e patrimónios que os estão a ancorar. Assim, estão rotineiramente a frustrar alianças horizontais ou grandes empresas que possam estar acumulando receitas e recursos políticos além do seu controlo.

Os fluxos do sistema de ajuda internacional causam tensão. Nos anos de guerra, o governo cederá a doadores e ONGs humanitárias o controlo sobre alguns recursos e o acesso a esferas da população. Hoje, a ênfase está claramente no controlo estatal, seja por meio de diplomacia, cooptação, coacção ou intimidação. As ajudas externas a actores e projectos não-estatais estão sob curtíssima rédea. O MPLA e o Futungo avançaram na "colonização" do espaço civil ao criar ONGs e fundações sob suas tutelas. O acesso aos sistemas de benefícios também é administrado por mecanismos clientelares como os Comités do Partido de Especialidade, criados em 2004 para atrair profissionais, jornalistas, especialistas e outros "intelectuais" à órbita do Partido⁶⁵.

A sucessão presidencial será um teste para os acordos elitistas. Não há hoje um "príncipe herdeiro" evidente. A escolha do sucessor do Presidente José

⁶⁴ Vallée, O. 2008, "Du Palais aux Banques: La Reproduction Élargie du Capital Indigène", *Politique Africaine*, 110, p. 26.

⁶⁵ Esse sistema clientelar provavelmente favoreceu o fracasso do FdP, partido político formado por intelectuais e activistas, em ganhar cadeira parlamentar nas eleições de 2008.

⁶³ Oliveira, R. S. 2007, "Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol", *J. of Modern African Studies*, 45:4, p. 596.

Eduardo dos Santos recairá sobre uma “selecção” de altos cargos políticos e militares⁶⁶. Adulações, traições e quedas em desgraça são há anos parte da política das cortes do Futungo de Belas; no entanto, os acordos elitistas parecem em toda parte robustos. Portanto, é perfeitamente viável uma sucessão tranquila, pois não corre riscos sérios nenhuma dessas facções.

Crescimento económico, sociologia política e resiliência estatal

O crescimento económico *onshore* acelerou-se a partir de 2002, a reproduzir alguns dos padrões de polarização e orientação externa do passado colonial angolano. Guiam-no as regras, planos e subsídios públicos que estão a reflectir as preferências políticas elitistas e de investidores estrangeiros. As autoridades falam frequentemente em “desenvolvimento sustentável”, mas agem conforme modelos de desenvolvimento altamente modernistas – de questionável sustentabilidade – a exemplo de outros contextos de Estados rentistas, como o Golfo Persa. Há um surto de criação de necessidades de consumo; para alguns, satisfeitas. Para além da *nomenklatura* estatal-partidária, as fileiras dos bem-sucedidos compreendem, outrossim, alguns empresários, assalariados e outros membros das classes avantajadas, cujo poder de compra tem aumentado graças aos aumentos de salários e acesso ao crédito privado.

A despeito da prosperidade das classes assalariadas, a base socioeconómica do Estado continua estreita e provavelmente instável. A economia de enclave do pós-1975 é produto da guerra e dos petrodólares. O colapso da economia agrário-comercial pôs Angola à mercê

das flutuações dos preços internacionais de petróleo, alimentos e crédito. Os gastos e receitas do Estado têm seguido, de um modo geral, essas flutuações. Hoje, impostos sobre os salários, consumo ou negócios fora do sector petrolífero comportam apenas uma pequena parte das receitas do Estado. Assim, o consumo e a produção *onshore* não podem servir de base para uma política de reciprocidade que vincule a classe política aos cidadãos.

É disseminada a ideia de que a dependência do petróleo desestabiliza o Estado. Poder-se-ia descrever a cadeia causal do seguinte modo: dependência do petróleo à ruptura da reciprocidade cidadão-Estado à fragilidade política à guerra. Mas o caso angolano não está a confirmar de um modo claro esta hipótese; pelo contrário, está a corroborar os estudos estatísticos que apontam para o efeito do petróleo de *prolongar e estabilizar regimes autocráticos*⁶⁷. A maioria dos regimes rentistas “geralmente evitam substituir o petróleo pela construção do Estado”⁶⁸.

Uma parte importante da construção do Estado é a redistribuição da renda para melhorar a qualidade de vida de consumidores e empresas formais. Em Angola, isto se tem feito discretamente, por meio de preços baixos, ou inclusive a não-cobrança, para imóveis, combustível, electricidade, água e transporte aéreo estatais. Esses subsídios *de facto*, complementados com esquemas de benefícios (bolsas de estudos no exterior, tratamento médico em outros países, etc.) e oportunidades de investimento (centros comerciais, auto-estra-

⁶⁷ Ross, M. 2008, *But seriously: does oil really hinder democracy?*, manuscrito, UCLA Departamento de Ciências Políticas, Ensaio Preliminar, 29 de Outubro. Pesquisas estatísticas comparativas de longo prazo sobre regimes que sofrem a “maldição dos recursos naturais” apontam para que a dependência de petróleo e minerais não *causa* a autocracia nem *impede* a transição democrática. Veja Haber, S. e V. Menaldo 2008, *Do Natural Resources Fuel Authoritarianism? A Reappraisal of the Resource Curse*. Uma notável característica dessas análises de regressão múltipla e debates é, no entanto, a falta de atenção à geopolítica e ao papel das superpotências em proteger e/ou remover regimes autocráticos.

⁶⁸ Di John, J. 2008, *Conceptualising the Causes and Consequences of Failed States: A Critical Review of the Literature*, Crisis States Research Centre, Documento de trabalho n° 25, Londres: LSE, a citar Smith, B. 2004, “Oil wealth and regime survival in the developing World, 1960-1999”, *American Journal of Political Science*, 48:2. Uma sequência causal mais plausível seria: petróleo Ocidental predatório à guerra à dependência petrolífera.

⁶⁶ Estudos de sucessão em regimes autocráticos indicam que quando o grupo/selecção não depende politicamente da pessoa no mais alto cargo, normalmente consegue nomear o seu sucessor, sem perder poder. Besley, T. e M. Kudamatsu 2007, *Making Autocracy Work*, Development Economics Discussion Paper 48, Londres: London School of Economics.

das amplas para Luanda, etc.) para as elites, alicerçam as lealdades verticais de que desfruta o governo. Alguns desses subsídios *de facto*, como o do combustível, alcançam também a população urbana de baixa renda, o que está a minuar marginalmente a desigualdade nas cidades.

As elites fora dos grandes centros não são excluídas dos sistemas clientelares; este facto é de grande importância, porque, nesses âmbitos, “desigualdades horizontais”, lealdades étnicas e reclamações contra Luanda poderiam tornar-se uma explosiva mistura, como descrito acima acerca do enclave de Cabinda e províncias de Lunda. Além das elites, no entanto, o alcance social do clientelismo não é compreensivo, e corre, portanto, o risco de frustrar as crescentes expectativas dos pobres, que formam a maioria da população. Pesquisas recentes apontam para o facto de que apenas uma minoria crê que estão as suas vidas a melhorar. Se os angolanos vêem as coisas como os demais cidadãos do continente africano, então provavelmente crêem que a pobreza, *na sua experiência*, piorou.⁶⁹

Para a acumulação de receitas públicas, a produção e o comércio *onshore* têm pouca importância formal; de facto, muitos circuitos económicos operam para além do alcance das autoridades. Tal como na maioria dos países subsarianos, a economia informal é responsável por grande parte do mercado de trabalho, gastos, poupança e investimentos⁷⁰. Mesmo que seja vista, convenientemente, como composta de empreendedores autónomos, a economia informal de Angola compõe-se, na realidade, de empresários, empresários-administradores, assalariados e comissionados. Apenas a minoria dos membros da economia informal são empreendedores autónomos.

⁶⁹ Mattes, R. 2008, *The Material and Political Bases of Lived Poverty in Africa: Insights from the Afrobarometer*, Documento de trabalho nº 98.

<http://www.afrobarometer.org/Papers/Afropaperno98.pdf>

⁷⁰ Estima-se que as receitas da economia informal angolana *onshore* de 2003 sejam equivalentes a 45 por cento do PIB. Schneider, F. 2007, “Shadow Economies and Corruption All Over the World: New Estimates for 145 Countries”, *Economics: The Open-Access, Open-Assessment E-Journal*, 1, 2007-9.

A economia formal e a informal não existem como duas partes separadas; são duas dimensões de um todo interconectado. A maioria dos circuitos económicos não-registados estão subordinados à economia formal, não estando propriamente excluídos; foram, mais bem, a ela incorporados de forma adversa. Análise criteriosa dos mercados de produtos em centros urbanos revela uma complexa hierarquia de empresas e trabalhadores informais que dependem de negócios formais e agentes do Estado⁷¹. Também na economia formal, empreendedores que desejam registar um negócio dependem de contactos com o partido governista ou com agentes do governo, quando não são eles próprios membros do governo ou do partido do poder.⁷²

A atitude oficial a respeito da economia informal varia de acordo com o poder social dos implicados. Comerciantes pequenos e pobres, a maioria mulheres, sempre sofreram com a coacção e a extorsão policiais, especialmente por parte da Polícia Fiscal. Por outro lado, agentes económicos em níveis superiores da cadeia de suprimentos podem contar com a deferência e cooperação das forças policiais. Dessas fileiras constam empresas registadas cujas vendas e operações dependem da mão-de-obra informal de trabalhadores, representantes e outros agentes assemelhados. Os fluxos ilícitos de capitais que estão sob o controlo das elites, tal como a adulteração de facturas comerciais ou o uso de paraísos fiscais, escapam ao controlo oficial, evidentemente.

Em declarações oficiais, as autoridades dizem-se determinadas a extinguir a economia informal, principalmente nos comércios em crescimento nas áreas urbanas. Mas por ora não parece haver maiores riscos à existência da economia informal, pois agrega demasiados interesses elitistas. Seus domínios comerciais são de vital importância para os sistemas controlados por franquias

⁷¹ Ducados, H. 2000, *Género, Raça e Classe – A Feminização da Pobreza: A Estratificação do Sector Informal Urbano de Luanda*, apresentado no Simpósio “O Desafio da diferença”, Universidade Federal da Bahia, Brasil, 9-12 de Abril de 2000; Pereira, A. 2008, “Género, Mercado de Trabalho e Sociedade Civil” in N. Vidal e J.P. de Andrade, *Sociedade Civil e Política em Angola*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

⁷² Grassi, M. 2000, *Género e desenvolvimento em Angola: mulheres empresárias em Luanda e Benguela*, apresentado no Simpósio “O Desafio da diferença”, Universidade Federal da Bahia, Brasil, 9-12 de Abril de 2000.

clientelares que movem a importação atacadista até aos consumidores finais. Ademais, essa economia funciona como tampão social, ou esponja a absorver a maior parte daqueles que procuram emprego e a refrear a organização e militância trabalhista, formal ou informal.

Poderia surgir um grupo social capaz de funcionar fora dos sistemas de patronato político? Essa é uma questão bastante debatida. Nos anos 90, houve alguns sinais de actuação económica autónoma por parte de agentes que se haviam “aproveitado de definições vagas e brechas na lei”⁷³. Conquanto prosperassem alguns transportadores e fazendeiros, ainda há-de surgir uma massa crítica de empreendedores para além do patronato estatal-partidário. O veterano banqueiro angolano, Mario Pizzaro, conclui que:

“O tecido empresarial angolano é, frágil e dependente. Esta fragilidade e esta dependência, impede a existência de uma massa crítica capaz de discutir e influenciar as decisões do Governo. Uma grande parte dos empresários angolanos, emanou do poder ou está directa ou indirectamente ligada ao poder”⁷⁴.

O regime no poder desencoraja as classes empresariais de operarem à revelia dos sistemas clientelares. Simultaneamente, o regime presidiu à emergência de uma “nova classe” criada à sombra do dirigismo e do estatismo”⁷⁵. A contribuir para a acumulação dessas fortunas estão os bancos, entre outras instituições formais. Em 2007, o governo criou seu próprio banco, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), que no seu primeiro ano de existência destinou mais da metade dos seus empréstimos à província de Cabinda, sublinhando assim suas motivações políticas⁷⁶. Em 2008, o

⁷³ Pestana, N. 2008, *O poder e a diferenciação social em Angola*, Luanda: FdP; a citar Filomeno Lopes. Veja: <http://www.fpd-angola.com/>

⁷⁴ Pizzaro, M. 2006, *Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola, Tendências do Comércio e do Investimento*, apresentação em Powerpoint para a Conferência “Diplomacia, Cooperação e Negócios. O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique”, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), Lisboa, 27 de Março de 2006.

⁷⁵ Pestana, N. 2008, *O poder e a diferenciação social em Angola*, Luanda: FdP.

⁷⁶ Em Moçambique, uma proposta do governo para criar banco similar foi efectivamente vetada pela comunidade de doadores.

governo adquiriria o controle acionário de dois bancos portugueses.

Aparentemente, essas medidas parecem responder aos anseios de empresários nacionais, que, numa pesquisa recente acerca do ambiente de investimentos em Angola, apontam para que a falta de acesso ao crédito seja o problema mais sério que enfrentam⁷⁷. Em 2009, o governo lançou um modesto programa de crédito para pequenos comerciantes agrários, mas há poucos sinais oficiais de interesse em promover o desenvolvimento de pequenas e médias empresas. Ainda, a classe política poderá opor-se à criação de bancos independentes, pois, entre outras consequências, isso promoveria blocos sociais para além do seu controlo.

Regras formais e “encorajamento” informal por parte das autoridades estatais estão a limitar a emergência de uma classe autónoma e substancial de empresários. A Lei do Fomento do Empresariado Privado Angolano, de 2003, agrega incentivo formal aos mecanismos que conjugam os interesses empresariais com o clientelismo de Estado. O Estado tem-se encaminhado na direcção do domínio do comércio atacadista, e está a promover uma cadeia paraestatal de supermercados, construída com a ajuda de conhecimento técnico corporativo brasileiro. Noutras partes de África, esse sector tem gerado dinastias empresariais grandes e autónomas. Talvez por essa mesma razão esteja esse sector a ser encurralado em Angola: para fortalecer o poder estatal-partidário e evitar a concorrência.

O governo exerce grandes pressões sobre empresários estrangeiros para que se engajem com trabalhadores e fornecedores de bens e serviços angolanos, assim como para formarem parcerias e desenvolverem projectos com empresas nacionais.⁷⁸ Aqui, a dar o acesso a essas parcerias e oportunidades, está sempre presente o patronato do Estado. Parte da pressão sobre os empre-

⁷⁷ Banco Mundial 2007 *Angola Investment Climate Assessment*, Washington DC: Banco Mundial.

⁷⁸ Nota-se um nacionalismo vigoroso, até agressivo, entre muitos da classe política. Volta-se contra os interesses externos, a compensar, assim, o estreito espaço político do país. Vallée, O. 2008, “Du Palais aux Banques: La Reproduction Élargie du Capital Indigène”, *Politique Africaine*, 110, p. 26.

sários estrangeiros é exercida desde as próprias fileiras clientelares. Por exemplo, o cumprimento das regras formais e informais em Angola impõe custos aos empresários, e cria incentivos para que todas as empresas colaborem da mesma maneira⁷⁹. Fortalece-se, destarte, o sistema clientelar.

Os efeitos sobre a resiliência estatal da presença de corporações estrangeiras *onshore* necessitam de análise mais sistemática; alguns estudos de casos e observações informais, porém, podem apontar para os possíveis trajectos dessa influência. Para as elites angolanas são bem-vindas as corporações, em razão dos benefícios formais e informais que podem surgir de “parcerias”. Mas há forte ressentimento público em relação aos poderes arbitrários de que desfrutam essas corporações sobre mão-de-obra, investimentos locais e uso do meio ambiente, cujos impactos são especialmente graves em áreas de extracção de petróleo⁸⁰. Uma pesquisa de opinião pública de 2008 releva que a confiança dos angolanos nas grandes corporações é a menor dentre todas as principais instituições, menor ainda do que a que depositam nos partidos políticos⁸¹.

O Estado e seus parceiros corporativos preocupam-se mutuamente com suas respectivas imagens públicas. Mostras de filantropia corporativa levaram o governo a criar um imposto especial sobre grandes corporações, chamado de “bónus social”. Até 2002, esses pagamentos eram direccionados à Sonangol; posteriormente, ao Tesouro angolano. Desvios às redes clientelares não podem ser descartados, porquanto não foram prestadas contas nem das origens nem dos destinos desses dinheiros.

Empresas petrolíferas como Chevron e Exxon buscam demonstrar “responsabilidade social” por meio de obras de caridade nas áreas em que têm operações. No

⁷⁹ Vines, A., N. Shaxson e L. Rimli 2005, *Angola. Drivers of change: an overview*. Londres: Chatham House, p. 9.

⁸⁰ Reed, K. 2007, “Acordar de um Pesadelo: A vida na Zona Petrolífera no Soyo”, in N. Vidal e J.P. de Andrade, *Sociedade Civil e Política em Angola*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

⁸¹ BBC World Service Trust 2008, *Elections Study Angola 2008*, Londres: BBC World Service Trust.

entanto, estão mais e mais a subsidiar no país programas da ONU, de ONGs internacionais ou de agências bilaterais como a USAID. Por meio dessa prodigalidade, exercem as corporações estrangeiras influência sobre agências mandatadas para eliminar a corrupção e a influência desigual que existem na governança angolana. Informantes deste estudo que conhecem bem as obras filantrópicas das empresas petrolíferas em Angola vêem pouco valor nos meios e impactos destas. Essa visão coaduna-se com constatações obtidas no Golfo da Guiné, as quais questionam criticamente histórias positivas de “responsabilidade social” de empresas petrolíferas⁸².

Assim como as agências do sistema oficial de ajuda, os doadores corporativos preferem projectos nas áreas de saúde, educação, treinamento e infra-estrutura (estradas, por exemplo) – os quais recairiam normalmente sobre o sector público. À semelhança das agências de ajuda oficiais e não-governamentais, a filantropia corporativa tem falhado em engajar construtivamente o sector público.⁸³ A Igreja e suas instituições, além de provedores de serviços privados, foram largamente beneficiados pelo sistema de ajuda. Nos últimos anos da guerra, tornar-se-ia claro que as agências de ajuda haviam “tido participação fundamental na privatização do Estado angolano e sua desvinculação da sociedade”⁸⁴.

Hoje, a despeito da existência de interessantes projectos para reforçar as capacidades públicas, doadores (corporações petrolíferas inclusive⁸⁵) persistem em contornar e substituir o sector público. Iniciativas desse género são facilmente aprovadas pelo governo, já que dele não requerem grandes dispêndios e permitem-

⁸² Frynas, J. G. 2005, “The false developmental promise of Corporate Social Responsibility: evidence from multinational oil companies”, *International Affairs* 81:3, pp. 581-598.

⁸³ Robson, P. 2003, *The Case of Angola*. Active Learning Network for Accountability and Performance in Humanitarian Action, Londres: Overseas Development Institute (ODI).

⁸⁴ Ostheimer, A., 2000, “Aid agencies: providers of essential resources?” in J. Cilliers e C. Dietrich (orgs.), *Angola’s war economy – the role of oil and diamonds*, Pretória: Institute for Security Studies, p. 134.

⁸⁵ Tallio, V. 2009, “Drawing the borders of the common good? The involvement of the oil companies in the public health sector in Angola”, apresentado na Conferência Mundial de Estudos Humanitários, Groningen, Países Baixos.

lhe ficar com uma parte do reconhecimento. A longo prazo, no entanto, esse modelo de ajuda estrangeira alui a resiliência do Estado, principalmente em casos como o de Angola, onde coexiste com uma privatização crescente, e a comercialização de serviços públicos como saúde e educação, entre outros. Consequência disso, a estratificação dos serviços públicos corrói ainda mais qualquer perspectiva de contrato social, e concorre para a exclusão social e o maior definhamento da legitimidade do sector público.

Conclusão

Após quase quatro décadas de revoltas, Angola estabilizou-se. A guerra e as crescentes riquezas do petróleo mudaram a política económica e a demografia do país. Os fluxos *offshore* têm eclipsado os circuitos económicos *onshore*, e reforçam a autocracia central, cujo modelo político está embasado numa lógica clientelar, legitimada por normas e procedimentos dentro da estrutura democrática formal. Apesar da pacificação da política e dos ganhos substantivos para a auto-estima colectiva, há ainda sinais de continuidade com o passado, de facto, sinais da dependência histórica. Tendo abandonado há décadas o planeamento centralizado soviético e se engajado num capitalismo supervisionado, mas predatório, o regime pós-colonial continua a replicar o dirigismo e a orientação externa da era colonial.

Quanto ao poder de coerção sobre o território nacional, o Estado angolano é hoje mais resiliente do que frágil. Faz-se o jogo político, em parte, por meio de regras obscuras, arbitrárias e personalistas, mas não há, neste momento, regras alternativas. O monopólio do poder de coerção do Estado é praticamente completo, porque marginalizados, militar e politicamente, os movimentos supostos separatistas. O sistema público-privado de polícia é eficaz, embora por vezes brutal. As lideranças das forças de segurança têm sido leais e unidas, com poucas excepções. Visto que não há riscos sérios à segurança do país, a enormidade do aparato militar e de segurança provavelmente se deva, ao menos em parte, ao seu papel de estabilizador político na medida em que cria trabalhos, gera renda e previne a dissidência.

A respeito do controlo sobre a vida económica, o Estado demonstra resiliência em certos aspectos, mas a abundância de petrodólares pode estar a mascarar uma fragilidade estrutural. Os agentes do Estado efectivamente supervisionam toda a alocação de propriedade, fontes de renda, fluxos de capital, base monetária, e inflação, entre outros. Com uma variedade de propósitos económicos, políticos e militares, as lideranças angolanas construíram uma ampla e competente corporação estatal, que tem diversas funções de “*shadow state*”⁸⁶.

No que concerne à economia informal, os propósitos e poderes estatais são ambíguos. Oficialmente, o Estado está determinado a preveni-la e controlá-la com rigor nas áreas urbanas. Informalmente, no entanto, procede com *laissez-faire*, porque algumas das operações que geram renda e lucros para as elites dependem dos circuitos informais, da reprodução barata de uma força de trabalho dócil a subsistir na economia informal. Existem, portanto, sistemas predatórios no mercado de trabalho; e, mais desestabilizadoras ainda, aquisições predatórias de activos – terras, sobretudo – em nome de interesses privados, nacionais e estrangeiros.

A coroar a aparente resiliência do Estado está a legitimidade política do regime: inexpugnável, ao ano de 2009. O triunfo do MPLA nas eleições parlamentares de 2008 foi demasiadamente amplo como para ser atribuído à manipulação do sistema, ou de votantes ignorantes ou contrários ao partido; factos que, não obstante, certamente tiveram seu grau de influência sobre o resultado. Porque continuam presentes e próximas as memórias da guerra, muitos temem a volta à instabilidade, como após as eleições de 1992. Talvez muitos angolanos simplesmente prefiram uma “democracia delegatória” em que o público aquiesce àquilo que o regime escolhe oferecer.⁸⁷ É provável que todos

⁸⁶ N. do T.: conceito que se refere à existência de estruturas informais, sem base política ou jurídica, que imitam, subvertem ou substituem o poder formal em aspectos como a provisão de serviços públicos, podendo compreender inclusive a segurança. Algumas vezes traduzido literalmente: “Estado sombra”.

⁸⁷ Mattes, R. 2007, *Democracy Without People: Political Institutions and Citizenship in the New South Africa*, Documento de trabalho nº 82, Afrobarómetro, p. 15.

esses factores tenham levado os votantes à escolha do partido governista, à falta de uma alternativa viável.

Consolidar-se-á a resiliência do Estado angolano? O modelo actual de desenvolvimento, baseado nos petrodólares, não corresponde ao de um “Estado desenvolvimentista”, visto que está vinculado de forma demasiadamente estreita à satisfação dos modos de vida das elites e de outras classes abastadas. O “acordo elitista” que o está a sustentar poderá ver-se ameaçado por factores conjunturais, como maiores quedas nas receitas do petróleo ou grandes perdas em investimentos especulativos *offshore*.

Mas, a longo prazo, o Estado deparar-se-á com desafios estruturais. Surgirão novas elites empreendedoras cuja subserviência ao regime clientelar será, quando muito, ténue. O regime terá dificuldades em estancar esse desenvolvimento. O desafio político será encontrar meios de acomodar e absorver esses novos actores – arte na qual o regime mostraria grande habilidade no passado. Pouco provável, mas possível, é um cenário em que as classes assalariadas, frustradas as suas ambições de crescimento de poder de compra, assim como em relação aos serviços públicos, encontrem meios de expressão política na sociedade civil ou, ainda, numa facção do partido governista. É por essas razões que a administração do “desenvolvimento” requer mais engenharia social e política do que simplesmente modernização tecnológica.

Caminhos para o futuro

Nas páginas precedentes analisaram-se a fragilidade e a resiliência do Estado angolano à luz de sua profunda integração ao sistema mundial. Actores externos construíram o cenário e contribuíram para alimentar quatro décadas de guerra e caos económico. Mas seriam os actores internos, munidos de forte exército e poder político consolidado, que finalmente poriam termo a esse terrível período da história angolana. Estado e governança angolana são, portanto, uma amalgamação do fraco e do forte, do nacional e do estrangeiro.

Actualmente, a política em Angola permanece vinculada a poderosos actores externos; continua a ser de acesso limitado a bens e privilégios. Elites estatais-partidárias perseguem seus interesses conforme acordos com corporações extractivistas e financeiras estrangeiras, além de governos estrangeiros, buscando, entre outras coisas, protecção militar. As elites angolanas têm ambições sociais e económicas, mas, por ora, isso não envolve um Estado desenvolvimentista com agenda social.

Frente a esse cenário, e considerando o poder e autonomia relativos de sectores-chave do Estado angolano, com que opções se deparam os formuladores de políticas no Ocidente e no mundo?

Coerência na política ocidental, e governança global

A adopção de uma perspectiva coerente seria um bom ponto de partida. Este ensaio apresenta razões por que se enxergar os principais temas de debate em Angola de forma profundamente entrelaçada com interesses e sistemas supranacionais, ao invés de confinados ao terreno nacional. Também expõe razões por que acreditar que a actual ascensão económica de Angola acabará em declínio, como em episódios anteriores da história económica desse país.

As objectivas para examinar as perspectivas actuais e futuras de Angola deverão, primeiramente, ter ângulo o bastante para visar os sistemas mundiais, e, em segundo lugar, ser suficientemente telescópicas de modo que possam focar além dos próximos anos e fitar um futuro (não tão distante) em que as receitas do petróleo comecem a minguar.

Uma visão mais ampla

Uma perspectiva mais ampla seria mais coerente à medida que contemplasse a gama de incentivos locais e internacionais que informam as acções das elites angolanas e dos actores estrangeiros com quem estas colaboram. Essa visão facilitaria uma compreensão mais real do poder e de quem realmente tem influência na “comunidade internacional”. Nas palavras de um estudioso de política e petróleo no Golfo da Guiné, “Os executivos de corporações petrolíferas, contabilistas, banqueiros e advogados que frequentam os saguões dos hotéis de luxo são actualmente tão representativos do Golfo da Guiné quanto os actores locais. Os recursos criminosamente desviados por titulares materializam-se nas carteiras de investimentos e paraísos fiscais do mundo ocidental”⁸⁸.

Essa visão, mais ampla, traria à tona os incentivos das elites angolanas os quais advêm de circuitos internacionais de dinheiro, produtos e meios de coerção, assim como as instituições que impedem a transparência desses circuitos e fazem com que sejam resistentes ao controlo público. Entre outras coisas, compreenderia:

- Centros financeiros *offshore* e os acordos políticos que os perpetuam;
- Fugas de capitais e os mecanismos, como a adulteração de facturas, que as perpetuam;
- A influência desproporcional que exercem as indústrias extractivistas, por exemplo, mediante os subsídios e gastos que despendem na vida pública de Angola, Europa Ocidental, Estados Unidos, e, possivelmente, outros lugares;

- Acordos militares, especialmente com relação a China e Estados Unidos;
- Iniciativas para tornar esses e outros fluxos supranacionais (armas e serviços militares, inclusive) transparentes e sujeitos ao controlo público.

A actual crise económica mundial, em cujo seio está o sector financeiro, expôs o larguíssimo défice regulatório que a governança padece a nível nacional e global. Alguns líderes políticos têm alimentado as esperanças de que esse défice seja corrigido. Mas a predilecção por “*soft law*” e auto-regulação corporativa está profundamente enraizada. Os esforços das classes políticas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental estão sendo fortemente repelidos por corporações, paraísos fiscais e a indústria financeira, que contam com a cumplicidade dos principais meios de comunicação, grande parte dos quais está em mãos de corporações que se beneficiam da falta de regras de transparência e governança global. O envolvimento de Angola nessas acções não é claro, mas mensagens ríspidas desde a OPEP (cuja Presidência actual é exercida por Angola) são indicativas de sua colusão com outros actores por meio de contra-ofensivas em fóruns globais.

Uma visão de mais longo prazo

Uma visão de mais longo prazo seria mais coerente à medida que olhasse além do actual *boom* petrolífero, que provavelmente terá passado até 2020. Essa visão analisaria, necessariamente, o modelo actual de desenvolvimento e suas consequências para daqui a 10 anos à luz de algumas tendências mais ou menos claras, como as mudanças demográficas, e de outras menos previsíveis, mas cujos riscos se aproximam, como o estresse hídrico causado pelas mudanças climáticas. Dentre essas consequências, deve-se dar especial atenção à velocidade e à direcção das mudanças nos seguintes itens:

- Desigualdade, seja “vertical”, entre classes, ou “horizontal”, entre regiões e grupos etnolinguísticos;
- Distribuição de bens produtivos, principalmente a terra;
- Mercados domésticos de produtos nacionais, a serem comparados com os que estão a serviço dos mercados externos e com a dependência das importações;

⁸⁸ Oliveira, R. S. 2007, *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*, Nova Iorque: Columbia University Press, p. 336.

- Distribuição de bens e serviços públicos, principalmente água, saneamento e saúde;
- Desenvolvimento de meios para esclarecer e resolver disputas, e para a protecção de direitos primordiais.

Essas tendências são as bases das dinâmicas políticas, as quais incluem o surgimento de novos grupos sociais e de espaço político em que se possam desenvolver.

Também está a precisar de uma visão a prazo mais dilatado a participação de Angola na política climática mundial, tanto como actor importante quanto na qualidade de vítima das mudanças climáticas. O actual modelo de desenvolvimento intensivo em hidrocarbonetos fomenta a incoerência de políticas a níveis vários. Esse item está além do escopo deste ensaio, mas merece atenção no caso de Angola, cuja resiliência está em risco por, pelo menos, duas razões: a volatilidade das receitas (e possível queda) à medida que o petróleo for destronado de sua soberania energética e de investimentos globais; e o estresse climático, principalmente com relação aos recursos hídricos, quanto mais se intensificam as mudanças climáticas. Por outro lado, Estados intensivos em hidrocarbonetos, junto com seus aliados corporativos, têm conquistado posições de poder, mesmo de comando, geopolítico. “[O] poder financeiro de Estados autoritários tem tanta influência nos rumos da economia mundial quanto na riqueza das democracias liberais”, opina um dos principais jornais britânicos⁸⁹. Actualmente, esse poder expressa-se, dentre outras formas, mediante os esforços do “bloco dos hidrocarbonetos”⁹⁰ em bloquear importantes medidas de redução dos impactos das mudanças climáticas⁹¹. Embora seja um actor com pouca influência entre os exportadores de petróleo, Angola alinha-se aos demais actores – Arábia Saudita, Rússia, e outros – que estão a desencorajar as alternativas ao modelo intensivo em hidrocarbonetos. Angola participa, ainda que modestamente, nas decisões sobre o futuro do planeta.

⁸⁹ *The Observer*, “Democracy triumphs through example, not force” (Editorial), 31 de Agosto de 2008.

⁹⁰ N. do T.: aspas empregadas pelo tradutor.

⁹¹ Barnett, J. 2008, “The worst of friends: Opec and G-77 in the climate regime”, *Global Environmental Politics*, 8:4, pp 1-8.

Capacitando um Estado receptivo

Governos internacionais, oráculos empresariais, instituições financeiras internacionais e *think tanks* de Washington expressam entusiasmo quanto ao “milagre” angolano. O cauteloso economista do desenvolvimento Paul Collier especula em termos otimistas com relação a Angola e ao modelo autocrático de que é exemplo:

“É bem provável que os próximos 25 anos testemunhem a propagação do modelo de autocracia desenvolvimentista em Estado forte a outros países com melhores oportunidades. Angola, com o seu petróleo e a sua costa atlântica, tem grandes chances de se tornar outra Malásia”⁹².

O Estado angolano é, na actualidade, mais forte do que se esperava. Venceu uma séria tentativa de derrocada durante a Guerra Fria, ampliou sua base política e consolidou-se numa autocracia estável. Mas a administração e os serviços públicos continuam frágeis e mal distribuídos. Consumo e investimento aumentaram consideravelmente, porém não há sinais de que esteja a se tornar um Estado “desenvolvimentista”. De seis factores identificados por Leftwich⁹³ como característicos de Estados “desenvolvimentistas”, a Angola faltam quatro, nomeadamente:

- Uma elite determinada, e guiada por uma visão modernizadora para toda a nação;
- Autonomia do Estado frente aos interesses de grupos poderosos;
- Uma burocracia económica competente e insulada de interesses especiais;
- Capacidade de administrar de modo eficaz interesses económicos privados.

Possui, no entanto, duas características de Estado “desenvolvimentista”:

⁹² Collier, P. 2008, “Paths of Progress in Africa”, *World Policy Journal*, Outono, p. 206.

⁹³ Leftwich, A. 1995, “Bringing politics back in: towards a model of the developmental state”, *Journal of Developmental Studies*, 31:3, p. 400-427.

- Sociedade civil frágil e subjugada;
- Uma mescla constrangedora de repressão, desrespeito aos direitos humanos e falta de legitimidade.

Enquanto a visão de futuro e os interesses das elites angolanas continuarem a ser motivados por poderosos incentivos *offshore* e pouca regulamentação, as perspectivas de transformação – visão desenvolvimentista compreensiva, autonomia estatal em face de interesses especiais, burocracia eficaz, classe empreendedora – permanecerão turvas, quando muito.

Esta conclusão tem três implicações:

Em primeiro lugar, como nação extrovertida, o espaço de desenvolvimento angolano estende-se muito além de suas fronteiras territoriais. Em termos de poder militar e corporativo, inclusive a administração de acções e fluxos financeiros, o regime de poder é demasiadamente dependente de acordos supranacionais sem transparência. Essa base política extrovertida parece fadada a perpetuar-se, mesmo que se desenvolvam novos grupos de interesse domésticos. Entretanto, para além de 2015, quando o petróleo e suas receitas já tiverem alcançado seu apogeu e o serviço da dívida precise ser pago, esses acordos *offshore* deverão perder seu atractivo. O padrão histórico de expansão e declínio económico em Angola, e de sucessivos modelos de desenvolvimento que sempre acabam por soçobrar, parece estar a repetir-se. Para escaparem deste ciclo pernicioso, devem os próprios angolanos conquistar os mais amplos e bem informados espaços de debate. Hoje, num momento de crise económica e ecológica sem precedentes, os meios e a necessidade de debates aprofundados são cada vez maiores. Importantes dogmas do modelo de crescimento capitalista estão sendo criticamente revisados. Modelos alternativos apresentam-se mais viáveis e inclusive necessários. Este é o momento de trocar de compasso e traçar um novo caminho rumo ao futuro.

Em segundo lugar, nesse entretanto, é improvável que um “Estado desenvolvimentista” nos moldes de Vietname ou Malásia surja em Angola. Tampouco é provável um modelo pluralista (organização política

baseada em forças concorrentes numa arena política aberta). O cenário mais provável é o de crescimento económico desigual e insustentável, moldado pelo patronato estatal com apoio externo, nomeadamente do poder militar e económico estado-unidense. Nessas circunstâncias, a curto prazo, um caminho realista para tomar seria a promoção de um “Estado minimamente receptivo”, que agiria como principal detentor de obrigações para com uma cidadania detentora de direitos. À medida que o governo desenrola a “descentralização”, espaços formais de interacção entre cidadão e Estado poderão abrir-se, em maior ou menor grau. Há precedentes de engajamento entre Estado e sociedade em áreas como a co-provisão de serviços de educação e saúde junto com instituições religiosas e ONGs, assim como em plataformas consultivas entre habitantes e autoridades locais, ou de pais e funcionários escolares.

Em terceiro lugar, a actual crise económica oferece oportunidades sem precedentes para a reforma de sistemas supranacionais e incentivos que promovem e perpetuam a governança distorcida e sem transparência tanto em países como Angola quanto nas democracias ocidentais. É necessário o engajamento mais activo de públicos consumidores⁹⁴, académicos e pesquisadores de *think tanks*, jornalistas investigativos e representantes dos meios de comunicação, servidores públicos e entidades de vigilância cívica. Porque a continuada existência de fragilidade institucional e perigosa desigualdade em Angola podem explicar-se pela de falta de governança pública positiva a nível supranacional, a crise actual é uma oportunidade para o avanço progressista em Angola e outros países.

⁹⁴ Tal qual proposto por Benner, T. e R. S. de Oliveira, “Getting tough with the petro-elites”, *International Herald Tribune*, 10 de Abril de 2007.

WORKING PAPERS

- 81 Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido, David Sogge, April 2009
- 80 Impasse in Euro-Gulf Relations, Richard Youngs, April 2009
- 79 International division of labour: A test case for the partnership paradigm. Analytical framework and methodology for country studies, Nils-Sjard Schulz, February 2009
- 78 Violencia urbana: Un desafío al fortalecimiento institucional. El caso de América Latina, Laura Tedesco, Febrero 2009
- 77 Desafíos económicos y Fuerzas Armadas en América del Sur, Augusto Varas, Febrero 2009
- 76 Building Accountable Justice in Sierra Leone, Clare Castillejo, January 2009
- 75 *Plus ça change*: Europe’s engagement with moderate Islamists, Kristina Kausch, January 2009
- 74 The Case for a New European Engagement in Iraq, Edward Burke, January 2009
- 73 Inclusive Citizenship Research Project: Methodology, Clare Castillejo, January 2009
- 72 Remesas, Estado y desarrollo, Laura Tedesco, Noviembre 2008
- 71 The Proliferation of the “Parallel State”, Ivan Briscoe, October 2008
- 70 Hybrid Regimes or Regimes in Transition, Leonardo Morlino, September 2008
- 69 Strengthening Women’s Citizenship in the context of State-building: The experience of Sierra Leone, Clare Castillejo, September 2008
- 68 The Politics of Energy: Comparing Azerbaijan, Nigeria and Saudi Arabia, Jos Boonstra, Edward Burke and Richard Youngs, September 2008
- 67 Democratising One-Party Rule? Political Reform, Nationalism and Legitimacy in the People’s Republic of China, Shaun Breslin, September 2008
- 66 The United Nations Mission in Congo: In quest of unreachable peace, Xavier Zeebroek, July 2008
- 65 Energy: A Reinforced Obstacle to Democracy?, Richard Youngs, July 2008
- 64 La debilidad del Estado: Mirar a través de otros cristales, David Sogge, Julio 2008
- 63 IBSA: An International Actor and Partner for the EU?, Susanne Gratius (Editor), July 2008
- 62 The New Enhanced Agreement Between the European Union and Ukraine: Will it Further Democratic Consolidation?, Natalia Shapovalova, June 2008
- 61 Bahrain: Reaching a Threshold. Freedom of Association and Civil Society in the Middle East and North Africa, Edward Burke, June 2008
- 60 International versus National: Ensuring Accountability Through Two Kinds of Justice, Mónica Martínez, September 2008
- 59 Ownership with Adjectives. Donor Harmonisation: Between Effectiveness and Democratisation. Synthesis Report, Stefan Meyer and Nils-Sjard Schulz, March 2008
- 58 European Efforts in Transitional Justice,, María Avello, May 2008
- 57 Paramilitary Demobilisation in Colombia: Between Peace and Justice, Felipe Gómez Isa, April 2008
- 56 Planting an Olive Tree: The State of Reform in Jordan. Freedom of Association and Civil Society in the Middle East and North Africa: Report 2, Ana Echagüe, March 2008
- 55 The Democracy Promotion Policies of Central and Eastern European States, Laurynas Jonavicius, March 2008
- 54 Morocco: Negotiating Change with the Makhzen. Project on Freedom of Association in the Middle East and North Africa, Kristina Kausch, February 2008
- 53 The Stabilisation and Association Process: are EU inducements failing in the Western Balkans?, Sofia Sebastian, February 2008
- 52 Haiti: Voices of the Actors. A Research Project on the UN Mission, Amélie Gauthier and Pierre Bonin, January 2008
- 51 The Democratisation of a Dependent State: The Case of Afghanistan, Astri Suhrke, December 2007

WORKING PAPERS

- 50 The Impact of Aid Policies on Domestic Democratisation Processes: The Case of Mali. Donor Harmonisation: Between Effectiveness and Democratisation. Case Study 4, Hamidou Magassa and Stefan Meyer, February 2008
- 49 Peru: the Kingdom of the ONG?, Donor Harmonisation: Between Effectiveness and Democratisation. Case Study 3, Enrique Alasino, February 2007
- 48 The Nicaragua Challenge. Donor Harmonisation: Between Effectiveness and Democratisation. Case Study 2, Claudia Pineda and Nils-Sjard Schulz, January 2008
- 47 EU Democracy Promotion in Nigeria: Between *Realpolitik* and Idealism, Anna Khakee, December 2007
- 46 Leaving Dayton Behind: Constitutional Reform in Bosnia and Herzegovina, Sofía Sebastián, November 2007
- 45 The "Third Populist Wave" of Latin America, Susanne Gratius, October 2007
- 44 OSCE Democracy Promotion: Griding to a Halt?, Jos Boonstra, October 2007
- 43 Fusing Security and Development: Just another Euro-platitude?, Richard Youngs, September 2007
- 42 Vietnam's Laboratory on Aid. Donor Harmonisation: Between Effectiveness and Democratisation. Case Study 1, María Delfina Alcaide and Silvia Sanz-Ramos, September 2007
- 41 Theoretical Framework and Methodology for Country Case Studies. Donor Harmonisation: Between Effectiveness and Democratisation, Stefan Meyer y Nils-Sjard Schulz, September 2007
- 40 Spanish Development Cooperation: Right on Track or Missing the Mark?, Stefan Meyer, July 2007
- 39 The European Union and the Gulf Cooperation Council, Ana Echagüe, May 2007
- 38 NATO's Role in Democratic Reform, Jos Boonstra, May 2007
- 37 The Latin American State: 'Failed' or Evolving?, Laura Tedesco, May 2007
- 36 Unfinished Business? Eastern Enlargement and Democratic Conditionality, Geoffrey Pridham, April 2007
- 35 Brazil in the Americas: A Regional Peace Broker?, Susanne Gratius, April 2007
- 34 Buffer Rus: New Challenges for Eu Policy towards Belarus, Balazs Jarabik and Alastair Rabagliati, March 2007
- 33 Europe and Russia, Beyond Energy, Kristina Kausch, March 2007
- 32 New Governments, New Directions in European Foreign Policies?, Richard Youngs (editor), January 2007
- 31 La Refundación del Estado en Bolivia, Isabel Moreno y Mariano Aguirre, Enero de 2007
- 30 Crisis of State and Civil Domains in Africa, Mariano Aguirre and David Sogge, December 2006
- 29 Democracy Promotion and the European Left: Ambivalence Confused?, David Mathieson and Richard Youngs, December 2006
- 28 Promoting Democracy Backwards, Peter Burnell, November 2006
- 27 Respuestas globales a amenazas globales. Seguridad sostenible para el siglo XXI, Chris Abbott, Paul Rogers y John Sloboda, Septiembre de 2006
- 26 When More is Less: Aiding Statebuilding in Afghanistan, Astri Suhrke, September 2006
- 25 The Crisis in Timor-Leste: Restoring National Unity through State Institutions, Culture, and Civil Society, Rebecca Engel, August 2006
- 24 Misión de la ONU en la República Democrática del Congo: Imponer y consolidar la paz más allá de las elecciones, Luis Peral, Julio de 2006
- 23 Angola: Global "Good Governance" Also Needed, David Sogge, June 2006
- 22 Recovering from Armed Conflict: Lessons Learned and Next Steps for Improved International Assistance, Megan Burke, April 2006
- 21 Democracy and Security in the Middle East, Richard Youngs, March 2006
- 20 Defining 'Terrorism' to Protect Human Rights, Ben Saul, February 2006
- 19 Failing States or Failed States? The Role of Development Models: Collected Works; Martin Doornbos, Susan Woodward, Silvia Roque, February 2006

FRIDE

Campo de batalha durante a Guerra Fria, Angola constou por muitos anos das fileiras dos “Estados fracassados” ou “em vias de fracasso”. Mas seu exército tem um histórico formidável de combate doméstico e no exterior. A empresa petrolífera nacional é de classe mundial. Nos últimos anos, a economia do país vem crescendo à vertiginosa taxa de 18 por cento ao ano. O governo pôs termo com bom êxito a 40 anos de conflito violento, consolidou a base política e fez lucrativos negócios com grandes organismos públicos e privados de Estados Unidos, Europa e China. Quão válido é classificar esse país como “Estado fracassado”?

À luz do que parece ser um paradoxo, este ensaio responde a diversas questões de crucial importância. Quais são as raízes históricas do conflito angolano, da fragilidade e da desigualdade do Estado e das instituições? Quão integrada aos sistemas internacionais está a política económica de Angola, e que aspectos dessa inserção ajudam a explicar tanto a fragilidade quanto a resiliência do Estado e das instituições políticas? Que forças e incentivos, formais ou não, existem na política económica territorial angolana a influenciar a resiliência ou a fragilidade do Estado?

Como conclusão, o estudo sugere a decisores europeus e internacionais formas de contemplar noções de fragilidade de Estado, de um modo geral, e, em particular, o caso angolano sob novas perspectivas.

www.fride.org